



magazineluiza
vem ser feliz



MAGAZINE LUIZA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21
NIRE 35.300.104.811

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA DO MAGAZINE LUIZA S.A. DE 17 DE ABRIL DE 2014**

Horário: 11:00 horas



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

ÍNDICE

1. Apresentação	3
2. Edital de Convocação	4
3. Instalação da Assembleia	6
4. Orientações para Participação na Assembleia.....	6
5. Esclarecimentos adicionais	7
6. Assembleia Geral Ordinária.....	8
7. Assembleia Geral Extraordinária	13
8. Modelo de Procuração	16

ANEXOS

ANEXO I - Anexo 9-1-II da IN/CVM481 (Destinação do Lucro Líquido do Exercício)	19
ANEXO II - Item 10 do Formulário de Referência da IN/CVM 480/09	29
ANEXO III - Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09	91
ANEXO IV - Item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09.....	137
ANEXO V - Minuta do Estatuto Social	171



magazineluiza
vem ser feliz



1. APRESENTAÇÃO

MAGAZINE LUIZA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 47.960.950/0001-21

NIRE 35.300.104.811

MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DO MAGAZINE LUIZA S.A. DE 17 DE ABRIL DE 2014

O presente manual (“**Manual**”) tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações aos senhores Acionistas (“**Acionistas**” ou, individualmente, “**Acionista**”) acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“**Assembleia**” ou “**AGOE**”) do Magazine Luiza S.A. (“**Companhia**” ou “**Magazine Luiza**”), que será realizada no próximo dia 17 de abril de 2014, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, no Município de Franca, Estado de São Paulo, conforme Edital de Convocação já divulgado (“**Edital de Convocação**”), as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento.

Este Manual foi elaborado pela Administração da Companhia (“**Administração**”) com o objetivo de prestar esclarecimentos e orientações aos Senhores Acionistas, bem como submeter à sua apreciação as matérias objeto da AGOE da Companhia, de acordo com as determinações legais e estatutárias.



magazineluiza
vem ser feliz



2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGOE

"MAGAZINE LUIZA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 47.960.950/0001-21
NIRE 35.300.104.811

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores Acionistas do Magazine Luiza S.A. ("**Magazine Luiza**" ou "**Companhia**") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**AGOE**") a ser realizada em 17 de abril de 2014, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Voluntários da Franca, 1465, Centro, no Município de Franca, Estado de São Paulo, quando os senhores Acionistas serão chamados a deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

I. Assembleia Geral Ordinária.

- (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (v) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

II. Assembleia Geral Extraordinária.

- (i) Re-ratificar a remuneração paga aos administradores da Companhia nos exercícios sociais de 2010, 2012 e 2013; e
- (ii) Vedar, por meio da inclusão de parágrafo 5º no artigo 18 do estatuto social da Companhia, que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia sejam acumulados pela mesma pessoa.



magazineluiza
vem ser feliz



Informações Gerais:

1. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Nos termos da legislação aplicável, as cópias dos documentos referentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (<http://ri.magazineluiza.com.br>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei 6.404/76 (“**LSA**”) e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“**IN/CVM 481**”).
2. **Eleição dos Membros do Conselho de Administração e Adoção do Voto Múltiplo:** Em atendimento ao artigo 4º da IN/CVM 481 e de acordo com a Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da LSA.
3. **Participação na AGOE:** Os Acionistas da Companhia deverão comparecer à AGOE munidos dos seguintes documentos: (a) além do documento de identidade, o respectivo comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e, se for o caso, (b) instrumentos de mandato para representação do Acionista por procurador, outorgado nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da LSA.
4. **Apresentação dos Documentos para Participação na AGOE:** Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, solicita-se que o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato sejam depositados na sede da Companhia, na Rua Voluntários da Franca, 1465, Centro, no Município de Franca, Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento Jurídico, no horário das 09:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da hora marcada para a realização da AGOE.

São Paulo, 18 de março de 2014.

Joaquim Francisco de Castro Neto
Presidente do Conselho de Administração”



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

3. INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A AGOE instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Acionistas representando, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

4. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Para participar da AGOE, os senhores Acionistas deverão provar sua qualidade de Acionista, conforme artigo 126 da LSA, mediante a apresentação dos seguintes documentos: (i) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; (ii) documento de identidade com foto, para o Acionista pessoa física, e os documentos que comprovem os poderes de representação, para o Acionista pessoa jurídica; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do Acionista, por meio de procurador, outorgado há menos de 1 (um) ano a Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da LSA.

Os documentos firmados no exterior deverão ser notariados e legalizados perante a Embaixada ou Consulado do Brasil do local de sua emissão.

Juntamente com a procuração, cada Acionista que não for pessoa natural, ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não entregará a procuração para o procurador designado acima, em conformidade com as disposições da LSA e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("**IN/CVM 481**").

Os documentos mencionados acima devem ser enviados para a sede da Companhia, no seguinte endereço:

Magazine Luiza S.A.

Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro
Franca - SP
CEP: 14400-490



magazineluiza
vem ser feliz



Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, solicita-se que as procurações e os documentos de comprovação da qualidade de Acionista ou de sua representação sejam remetidos com antecedência por fax (11 - 3504-2955) ou por e-mail (ri@magazineluiza.com.br), em atenção ao Departamento Jurídico e/ou à Diretoria de Relação com Investidores, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da hora marcada para a realização da AGOE.

5. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Em consonância com a IN/CVM481, os documentos de interesse dos Acionistas para a participação na AGOE estão anexos a este Manual e também disponíveis nos seguintes endereços da rede mundial de computadores:

- (i) <http://www.cvm.gov.br>;
- (ii) <http://www.bmfbovespa.com.br>; e
- (iii) <http://www.magazineluiza.com.br>.

Para auxiliar os Acionistas, representados por procuradores, que decidirem participar da AGOE, apresentamos no item 8 deste Manual, a título de sugestão, um modelo de Procuração a ser adotado, a exclusivo critério do Acionista.

São Paulo, 17 de março de 2014.

Joaquim Francisco de Castro Neto
Presidente do Conselho de Administração



magazineluiza
vem ser feliz



6. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 109 a 120) e no jornal Valor Econômico (páginas E47 a E51), ambos no dia 25 de fevereiro de 2014, dispensando-se, portanto, a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da LSA, nos termos do parágrafo quinto do referido artigo.

b. Destinação do Lucro do Exercício e a distribuição de dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013

A Companhia apurou, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, lucro líquido no valor de R\$ 113.806.000,00. A Administração propõe:

(i) a alocação de 5% do lucro líquido (R\$ 5.690.300,00) para a reserva legal;

(ii) o pagamento de dividendos no valor de R\$ 19.485.000,00, correspondentes a 18% o lucro líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal), em adição aos R\$ 12.000.000,00 já declarados aos acionistas da Companhia a título de juros sobre o capital próprio, conforme deliberação do Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2014, totalizando a distribuição de R\$ 31.485.000,00 aos Acionistas da Companhia; e

(iii) a destinação do restante do lucro líquido (R\$ 76.630.700,00) à reserva estatutária de reforço de capital de giro.

A proposta completa de destinação do resultado, na forma do Anexo 9-1-II da IN/CVM 481, consta do Anexo I a este Manual.

c. Eleição dos membros do Conselho de Administração

Número de Cargos a serem Preenchidos.

O Conselho de Administração da Companhia é constituído por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, nos termos dos artigos 18 e 19 do Estatuto Social.



magazineluiza
vem ser feliz



O Acionista Controlador propõe que: (i) o Conselho de Administração continue a ser composto por 6 (seis) membros titulares; e (ii) sejam reeleitos os atuais membros do Conselho de Administração.

No entanto, na hipótese de: (i) ser solicitada tempestivamente a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração, conforme detalhado abaixo; **e/ou** (ii) no curso da AGOE, os acionistas não-controladores logrem eleger membro para o Conselho de Administração por meio da eleição em separado prevista no art. 141, § 4º e 5º, da LSA, o Conselho de Administração será composto por **7 (sete)** membros efetivos.

Adoção do Voto Múltiplo.

Conforme artigo 4º da IN/CVM 481 e Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGOE para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da LSA.

Candidatos indicados pelo Acionista Controlador.

Propõe-se a reeleição dos atuais Conselheiros, mantendo-se, assim, a seguinte composição do Conselho de Administração da Companhia:

Presidente e Conselheiro Independente

JOAQUIM FRANCISCO DE CASTRO NETO

Vice-Presidente

LUIZA HELENA TRAJANO INÁCIO RODRIGUES

Conselheiros Efetivos

ONOFRE DE PAULA TRAJANO

JOSÉ ANTÔNIO PALAMONI

CARLOS RENATO DONZELLI

Conselheira Independente

INÊS CORRÊA DE SOUZA



magazineluiza
vem ser feliz



Em observância ao disposto no artigo 10 da IN/CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas no Anexo II deste Manual as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores para o Conselho de Administração.

Indicação de Outros Candidatos por Acionistas Não-Controladores.

Os acionistas não-controladores interessados em indicar candidatos ao Conselho de Administração deverão fazê-lo até a véspera da AGOE, por e-mail ou carta endereçada para a Gerência de RI da Companhia, com as informações exigidas pela IN/CVM 481. As informações relativas aos candidatos indicados por acionistas não-controladores serão publicadas em aviso aos acionistas, o qual será divulgado em até 1 dia útil após a referida indicação, e incluídas neste Manual. O referido aviso aos acionistas consolidará sempre as informações relativas a todos os candidatos indicados por acionistas não-controladores.

Não obstante as datas mencionadas acima, será facultado aos acionistas indicar, no curso da AGOE, outros candidatos ao Conselho de Administração, devendo tais indicações ser acompanhadas das informações solicitadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência para disponibilização aos acionistas presentes à AGOE.

d. Eleição dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia compõe-se de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 32 do Estatuto Social e do artigo 161 da LSA.

Conforme detalhado abaixo, o Conselho Fiscal a ser eleito na AGOE será composto por 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes.

Candidatos indicados pelo Acionista Controlador.

Quanto à eleição dos membros do Conselho Fiscal, propõe-se a reeleição dos Conselheiros a seguir indicados, mantendo-se a seguinte composição:

Presidente

INOCÊNCIO AGOSTINHO TEIXEIRA BAPTISTA PINHEIRO

Conselheiros Efetivos

FABRÍCIO GOMES



magazineluiza
vem ser feliz



Suplentes

MAURO MARANGONI

ROBINSON LEONARDO NOGUEIRA

Ainda, também em observância ao disposto no artigo 10 da IN/CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas no Anexo II deste Manual as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pelos Acionistas Controladores para o Conselho Fiscal.

Candidatos Indicados pelo Acionista Previ.

A Administração recebeu da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (“Previ”), acionista da Companhia, a indicação dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal

Conselheiros Efetivos

ROLF VON PARASKI

Suplentes

ALDO RIBEIRO DE MORAES

As informações solicitadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência relativas aos candidatos indicados pela Previ constam do Anexo III a este Manual.

Indicação de Outros Candidatos por Acionistas Não-Controladores.

Os acionistas não-controladores interessados em indicar candidatos ao Conselho Fiscal deverão fazê-lo até a véspera da AGOE, por e-mail ou carta endereçada para a Gerência de RI da Companhia, com as informações exigidas pela IN/CVM 481. As informações relativas aos candidatos indicados por acionistas não-controladores serão publicadas em aviso aos acionistas, o qual será divulgado em até 1 dia útil após a referida indicação, e incluídas neste Manual. O referido aviso aos acionistas consolidará sempre as informações relativas a todos os candidatos indicados por acionistas não-controladores.

Não obstante as datas mencionadas acima, será facultado aos acionistas indicar, no curso da AGOE, outros candidatos ao Conselho Fiscal, devendo tais indicações ser acompanhadas das informações solicitadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência para disponibilização aos acionistas presentes à AGOE.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

e. Remuneração Global dos Administradores da Companhia

Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Propõe-se a verba remuneratória global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, para o exercício social de 2014, em R\$19.381.439,00 (dezenove milhões, trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais).

Adicionalmente, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 162 da LSA, propõe-se a fixação da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2014, em R\$355.722,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais), respeitando-se, assim, a remuneração não inferior a 10% (dez por cento), para cada membro, sobre a que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computando benefícios, verbas da representação e participação nos lucros.

Em observância ao disposto no artigo 12 da IN/CVM 481, além da proposta de remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal acima formulada, a Companhia apresenta as informações do item 13 do Formulário de Referência no Anexo IV do presente Manual.



magazineluiza
vem ser feliz



7. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

a. Re-ratificar a remuneração paga aos administradores da Companhia nos exercícios sociais de 2010, 2012 e 2013.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM procedeu à revisão espontânea do Formulário de Referência da Companhia e formulou as exigências constantes do Ofício/CVM/SEP/GEA-2/Nº 373/2013 e do Ofício/CVM/SEP/GEA-2/Nº 002/14 (“Ofícios”), expedidos no âmbito do Processo CVM/RJ/2013/7716.

Nos Ofícios, a CVM apontou que os valores divulgados no Formulário de Referência da Companhia do exercício social de 2013 relativos à remuneração paga aos administradores estavam inconsistentes com os montantes globais anuais aprovados nas AGOs 2010, 2012 e 2013.

Considerando os critérios descritos pela CVM nos Ofícios, os montantes globais anuais aprovados nas AGOs 2010, 2012 e 2013 foram inferiores aos valores efetivamente reconhecidos como remuneração dos administradores da Companhia nos referidos exercícios sociais. Dessa forma, é necessário que os acionistas da Companhia ratifiquem os valores da remuneração global dos administradores aprovada nas AGOs 2010, 2012 e 2013, de modo que os respectivos valores passem a ser conciliáveis com aqueles constantes na seção 13 da versão 4 do Formulário de Referência da Companhia do exercício social de 2013, bem como ratifiquem as demais deliberações tomadas nas AGOs 2010, 2012 e 2013.

A tabela abaixo compara os montantes de remuneração global aprovados pelos Acionistas da Companhia nos de 2010, 2011 e 2013 com os valores efetivamente reconhecidos no resultado nos referidos exercícios:

Exercício Social	Montante Aprovado em AGO	Total Reconhecido no Resultado como Remuneração dos Administradores
2010	R\$ 2.500.000,00	R\$ 11.014.805,00
2012	R\$ 6.496.894,00	R\$ 10.761.293,00
2013	R\$ 10.185.603,00	R\$ 16.326.046,00



- b. Vedar, por meio da inclusão de parágrafo 5º no artigo 18 do estatuto social da Companhia, que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia sejam acumulados pela mesma pessoa.**

O Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento"), no item 4.4 da Seção IV, determina que: "os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa". O item 4.4.1 do Regulamento estabeleceu que tal regra passaria a ser obrigatória para as companhias listadas no Novo Mercado a partir de 10.05.2014.

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia já são ocupados por pessoas distintas, a saber, o Sr. Joaquim Francisco de Castro Neto (candidato à reeleição, conforme proposta da Administração relativa ao item (iii) da Assembleia Geral Ordinária) e a Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, respectivamente.

Considerando a proximidade do término do prazo de transição referido acima e tendo em vista o conteúdo do Ofício Circular 17/2011-DP enviado pela BM&FBOVESPA às companhias abertas listadas no Novo Mercado, a Companhia deseja incluir, em seu estatuto social, vedação expressa à acumulação de cargos, em cumprimento ao disposto no Regulamento e em seu anexo de cláusulas mínimas estatutárias.

Dessa forma, a Administração propõe seja incluído o parágrafo 5º no artigo 18 do estatuto social da Companhia, conforme abaixo:

REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS (EM DESTAQUE)	JUSTIFICATIVAS
<p>Artigo 18 - O Conselho de Administração será constituído por um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo 1º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei nº 6.404/76. A condição de Conselheiro Independente deverá constar obrigatoriamente na ata da Assembleia Geral de Acionistas que eleger referidos membros. Quando, em decorrência</p>	<p>Artigo 18 - O Conselho de Administração será constituído por um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo 1º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei nº 6.404/76. A condição de Conselheiro Independente deverá constar obrigatoriamente na ata da Assembleia Geral de Acionistas que eleger referidos membros. Quando, em decorrência</p>	<p>Inclusão de vedação expressa, no estatuto social da Companhia, à acumulação por uma mesma pessoa dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia, em cumprimento ao disposto no item 4.4, Seção IV, do Regulamento do Novo Mercado.</p>



REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS (EM DESTAQUE)	JUSTIFICATIVAS
<p>da observância do percentual referido neste Parágrafo 1º, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á aos arredondamentos nos termos do Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>Parágrafo 2º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.</p> <p>Parágrafo 3º - A Assembleia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração que substituirão o conselheiro titular (ou conselheiros titulares) a que estiver(em) vinculado(s), em sua(s) ausência(s) ou impedimento(s).</p> <p>Parágrafo 4º - É vedado, na forma do art. 115, § 1º da Lei nº 6.404/76, o exercício do direito de voto, na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.</p>	<p>da observância do percentual referido neste Parágrafo 1º, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á aos arredondamentos nos termos do Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>Parágrafo 2º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.</p> <p>Parágrafo 3º - A Assembleia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração que substituirão o conselheiro titular (ou conselheiros titulares) a que estiver(em) vinculado(s), em sua(s) ausência(s) ou impedimento(s).</p> <p>Parágrafo 4º - É vedado, na forma do art. 115, § 1º da Lei nº 6.404/76, o exercício do direito de voto, na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.</p> <p><u>Parágrafo 5º - Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.</u></p>	

O Anexo V ao presente Manual contém a minuta do estatuto social da Companhia contemplando a inclusão proposta acima.



magazineluiza
vem ser feliz



8. MODELO DE PROCURAÇÃO

A Companhia não envia aos seus Acionistas pedidos públicos de procuração. O modelo apresentado abaixo destina-se exclusivamente a fornecer aos Acionistas uma minuta de procuração adequada à representação na AGOE. O uso deste modelo é facultativo por parte dos Acionistas, e a Companhia aceitará procurações que não sigam a referida minuta, desde que atendidos os requisitos da legislação aplicáveis a instrumentos de mandato destinados à representação em Assembleias Gerais de Acionistas.

PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento de procuração, [ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da cédula de identidade RG nº [●] e inscrito no CPF/MF sob nº [●], residente e domiciliado no Município de [●], Estado do [●], com escritório na [●], na Município de [●], Estado de [●], CEP: [●], ("Outorgante"), nomeia o Sr. [PROCURADOR], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da cédula de identidade RG nº [●] e inscrito no CPF/MF sob nº [●], residente e domiciliado na Município de [●], Estado do [●], com escritório na [●], no Município de [●], Estado de [●], CEP: [●] ("Outorgado"), como seu procurador, outorgando poderes para representar o Outorgante, na qualidade de acionista, titular de ___ ações ordinárias nominativas, do **MAGAZINE LUIZA S.A.** ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se no dia 29 de abril de 2013, às 11:00 horas ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na Rua Voluntários da Franca, nº 1465, Centro, no Município de Franca, Estado de São Paulo, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O Outorgado terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O Outorgado fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [●] dias, a partir da presente data.

[Cidade,] ___ de _____ de 2013.

[ACIONISTA]



Orientação de Voto	
Matéria da Ordem do Dia	Voto Favorável ou Contrário à Proposta da Administração (O Acionista deve marcar ao lado do sentido de voto escolhido)
1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.	<input type="radio"/> Favor <input type="radio"/> Contra <input type="radio"/> Abstenção
2. Proposta de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.	<input type="radio"/> Favor <input type="radio"/> Contra <input type="radio"/> Abstenção
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração para um novo mandato anual até a próxima AGO.	<input type="radio"/> Favor <input type="radio"/> Contra <input type="radio"/> Abstenção
4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal para um novo mandato até a próxima AGO.	<input type="radio"/> Favor <input type="radio"/> Contra <input type="radio"/> Abstenção
5. Fixação da verba destinada à remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.	<input type="radio"/> Favor <input type="radio"/> Contra <input type="radio"/> Abstenção
6. Re-ratificar a remuneração paga aos administradores da Companhia nos exercícios sociais de 2010, 2012 e 2013.	<input type="radio"/> Favor <input type="radio"/> Contra <input type="radio"/> Abstenção
7. Vedar, por meio da inclusão de parágrafo 5º no artigo 18 do estatuto social da Companhia, que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia sejam acumulados pela mesma pessoa.	<input type="radio"/> Favor <input type="radio"/> Contra <input type="radio"/> Abstenção

[ACIONISTA]



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

9. ANEXOS

Anexo I

Anexo 9-1-II da IN/CVM481 (Destinação do Lucro Líquido do Exercício)

Anexo II

Item 10 do Formulário de Referência da IN/CVM 480

Anexo III

Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da IN/CVM 480

Anexo IV

Item 13 do Formulário de Referência da IN/CVM 480

Anexo V

Minuta do Estatuto Social



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

ANEXO I

Anexo 9-1-II da IN/CVM481

Destinação do Lucro Líquido do Exercício

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Em cumprimento ao disposto na IN/CVM 481, e tendo em vista o encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2013, a Administração apresenta abaixo a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, de acordo com as informações previstas no Anexo 9-1-II:

1. **Informar o lucro líquido do exercício:**

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 113.806.000,00.

2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

O montante global dos dividendos referentes ao exercício de 2013 foi de R\$ 31.485.000,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), resultando em um valor bruto por ação de R\$ 0,172336, considerando o total de ações da Companhia, deduzidas as ações em tesouraria em 21 de fevereiro de 2014, data de aprovação em Reunião do Conselho de Administração. Ressalte-se que, do montante de dividendos acima informado, foram imputados os Juros Sobre Capital Próprio declarados em 30 de janeiro de 2014, em Reunião do Conselho de Administração, no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões).



magazineluiza
vem ser feliz



Descrição	Deliberação	Data de Pagamento	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto Total
Dividendo	17/04/2014	30 dias após a AGO	R\$ 0,106653	R\$ 19.485.000,00
Juro sobre Capital Próprio	30/01/2014	30 dias após a AGO	R\$ 0,065683	R\$ 12.000.000,00
Total relativo ao exercício de 2013	-	-	R\$ 0,172336	R\$ 31.485.000,00

3. **Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:**

A Companhia deliberou a distribuição, na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, de valor bruto equivalente a 29,12% do lucro líquido ajustado na forma da LSA, ou seja, já reduzido em 5% da reserva legal.

4. **Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

Não houve.

5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- (a) **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

A Companhia possui 182.694.467 ações, todas ações ordinárias, já deduzidas as ações em tesouraria em 21 de fevereiro de 2014. O valor bruto de dividendo por ação é de R\$ 0,106653. O valor bruto de JSCP por ação é de R\$ 0,065683.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Havendo aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17/04/2014, a Administração propõe que os dividendos sejam pagos em até 30 (trinta) dias após a aprovação pela AGO.

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Propor-se-á à AGO, caso seja aprovada a proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos, que o pagamento dos dividendos seja efetuado em até 30 dias de sua declaração, com base na posição acionária de 22/04/2014, sendo as ações negociadas “ex” esses dividendos a partir de 23/04/2014, inclusive.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

(a) **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:**

R\$ 12.000.000,00 (doze milhões) declarados como juros sobre o capital próprio em 30 de janeiro de 2014.

(b) **Informar a data dos respectivos pagamentos:**

A Administração propõe que os juros sobre o capital próprio sejam pagos em até 30 (trinta) dias após a aprovação pela AGO.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de (R\$):			
	2013	2012	2011	2010
Lucro Líquido	113.806.000	Não houve	11.666.000,00	68.834.000,00
Dividendos e JSCP distribuídos	31.485.000	Não houve	2.770.664,00	15.335.000,00
Valor por Ação	0,172336	Não houve	0,014857	0,102233



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

(a) Identificar o montante destinado à reserva legal:

A Administração destinará o valor de R\$ 5.690.300,00 para a reserva legal, nos termos do artigo 193 da LSA, valor este que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício social findo.

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Cálculo da Reserva Legal	
Lucro líquido	R\$ 113.806.000,00
Reserva legal - 5%	R\$ 5.690.300,00

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

(a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

Não aplicável.

(b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

Não aplicável.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

(c) **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:**

Não aplicável.

(d) **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:**

Não aplicável.

(e) **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:**

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

(a) **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:** O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; b) pagamento de dividendo obrigatório de no mínimo 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício; c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

(b) **Informar se ele está sendo pago integralmente:**

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

(c) **Informar o montante eventualmente retido:**

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

(a) **Informar o montante da retenção:**

Não aplicável.

(b) **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:**

Não aplicável.

(c) **Justificar a retenção dos dividendos:**

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

(a) **Identificar o montante destinado à reserva:**

Não aplicável.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

(b) **Identificar a perda considerada provável e sua causa:**

Não aplicável.

(c) **Explicar porque a perda foi considerada provável:**

Não aplicável.

(d) **Justificar a constituição da reserva:**

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

(a) **Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:**

Não aplicável.

(b) **Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:**

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

(a) **Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:**

O parágrafo único do artigo 33 do Estatuto Social estabelece que, após deduzida a reserva legal e pago o dividendo mínimo obrigatório, o lucro



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

(b) **Identificar o montante destinado à reserva:**

Destinou-se à reserva de reforço de capital de giro o montante de R\$ 76.630.700,00.

(c) **Descrever como o montante foi calculado:**

Descrição	Valor (R\$)
Lucro Líquido	113.806.000,00
(-) Reserva Legal – 5%	5.690.300,00
(-) Dividendos e JSCP Declarados	31.485.000,00
Reserva de Reforço de Capital de Giro(Total)	76.630.700,00

15. **Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:**

(a) **Identificar o montante da retenção:**

Não aplicável.

(b) **Fornecer cópia do orçamento de capital:**

Não aplicável.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

16. **Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**

(a) **Informar o montante destinado à reserva:**

Não aplicável.

(b) **Explicar a natureza da destinação:**

Não aplicável.



magazineluiza
vem ser feliz



ANEXO II

Item 10 do Formulário de Referência IN/CVM 480

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Importante: de acordo com a aplicação do CPC 19 e o IFRS 11, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 refletem as participações nas *joint ventures* Luizacred e Luizaseg pelo método da equivalência patrimonial e não mais pela consolidação proporcional de ativos, passivos, receitas e despesas, como havia sido divulgado em 2011. Os efeitos de tal aplicação são demonstrados nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras.

Em vista disso, os resultados consolidados constantes das demonstrações financeiras auditadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 correspondem aos segmentos de varejo (Magazine Luiza), consórcio (Consórcio Luiza) e fundo exclusivo de investimento. Por sua vez, os resultados consolidados constantes das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 correspondem aos segmentos de varejo (Magazine Luiza), consórcio (Consórcio Luiza), financiamento ao consumo (Luizacred), operações de seguros (Luizaseg) e fundo exclusivo de investimento. Desta forma, as demonstrações financeiras auditadas de 2013 e 2012 não são comparáveis aos resultados consolidados de 2011.

Em vista disso, para garantir a transparência e a comparação das informações, a Companhia: (i) comenta neste item as informações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 em bases comparáveis, refletindo a aplicação do CPC 19 e do IFRS 11; e (ii) salienta que as informações financeiras consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 apresentadas neste item 10 não foram auditadas.

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de caixa, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto e de longo prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiros. Ao longo dos últimos três exercícios, a evolução do endividamento e dos indicadores de liquidez acompanhou o crescimento da operação da Companhia, conforme apresentamos abaixo:

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo totalizavam R\$1.320,3 milhões, e os saldos de caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$771,6



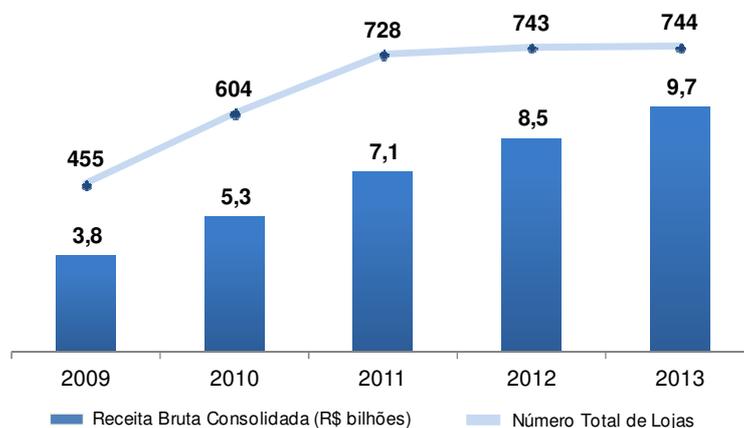
milhões, perfazendo dívida líquida de R\$548,7 milhões, equivalente a 1,3 vezes o EBITDA. Na mesma data, o capital de giro líquido era de R\$101,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo totalizavam R\$1.236,0 milhões, e os saldos de caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$545,3 milhões, perfazendo dívida líquida de R\$690,7 milhões, equivalente a 2,3 vezes o EBITDA. Na mesma data, o capital de giro líquido era de R\$221,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, os saldos de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo totalizavam R\$711,3 milhões, e os saldos de caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$196,2 milhões, perfazendo dívida líquida de R\$515,2 milhões, equivalente a 1,7 vezes o EBITDA do período. Na mesma data, o capital de giro líquido era de R\$354,4 milhões.

A Companhia apresentou crescimento consistente ao longo dos anos, combinando abertura de novas lojas e aquisições. Nos últimos três exercícios sociais, o número de lojas passou de 728 em 2011 para 744 em 2013, e a receita bruta consolidada aumentou de R\$7.135,5 milhões em 2011 para R\$8.456,1 milhões em 2012 e para R\$9.692,4 milhões em 2013. Além disso, de 2009 a 2013, considerando a mesma base de comparação, a taxa anual composta de crescimento da receita bruta consolidada foi de 26,1%. Nesse período, a Companhia apresentou crescimento acima de dois dígitos em todos os anos, mesmo em momentos de crise econômica, conforme indica o gráfico abaixo.

CAGR da Receita Bruta Consolidada 2009-2013: 26,1%

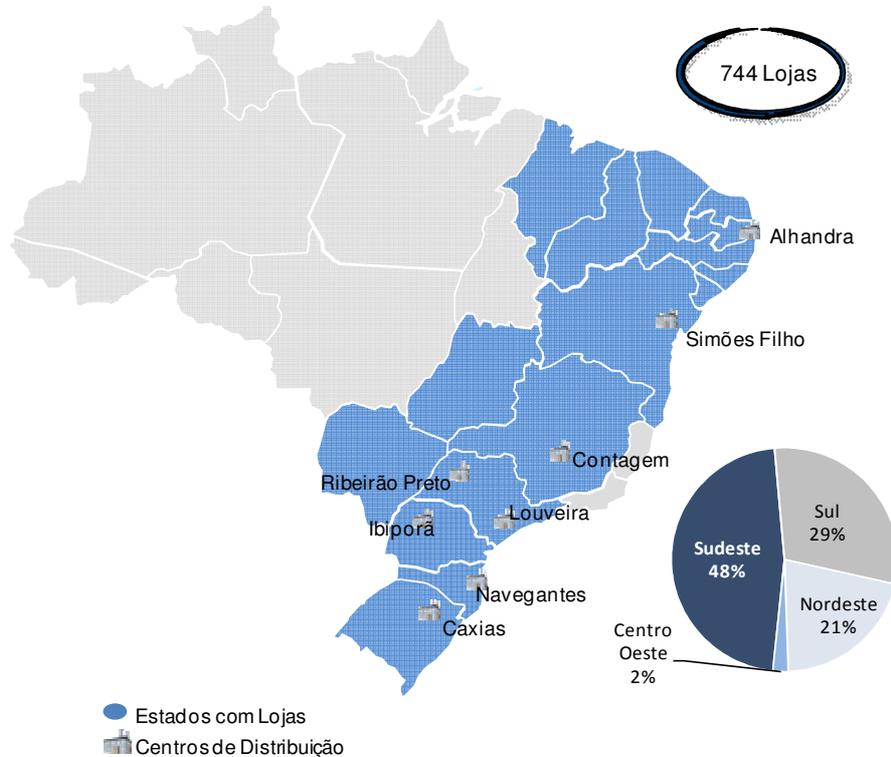


O Magazine Luiza é uma das maiores redes varejistas com foco em bens duráveis e com grande presença nas classes populares do Brasil. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia operava 744 lojas e 8 centros de distribuição estrategicamente localizados em 16 estados brasileiros, cujas economias correspondem a 75% do PIB nacional. Nessa mesma data, a Companhia contava com mais de 24 mil colaboradores, e uma base de aproximadamente 36 milhões de clientes.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA



A Companhia busca proporcionar uma experiência de compra diferenciada por meio de uma diversificada plataforma de vendas, consistente nos seguintes canais: (i) 636 lojas convencionais, que contam com mostruário físico e estoque próprio; (ii) 107 lojas virtuais, nas quais os produtos são vendidos por meio de terminais de computadores com o auxílio de vendedores e sistema multimídia, sem a necessidade de estoque físico de mercadorias nas lojas; (iii) 1 site (www.magazineluiza.com.br), que oferece conteúdo, serviços diferenciados e produtos exclusivos para este canal; (iv) magazinevocê, um novo canal de vendas diretas na web fortalecido pelas redes sociais; (v) televendas e (vi) vendas corporativas.

A seguir, serão apresentadas as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, de 2012 e de 2011.

R\$ milhões (exceto quando indicado)	2013	2012	2011
Receita Bruta	9.692,4	8.456,1	7.135,5
Receita Líquida	8.088,4	7.066,8	5.935,6
Lucro Bruto	2.263,0	2.009,0	1.781,0
Margem Bruta	28,0%	28,4%	29,9%
EBITDA Ajustado	411,6	298,8	356,3
Margem EBITDA Ajustada	5,1%	4,2%	6,0%
EBITDA Ajustado sem PLR ¹	434,3	298,8	356,3
Margem EBITDA Ajustada sem PLR ¹	5,4%	4,2%	6,0%
Lucro Líquido	113,8	(6,7)	11,7



magazineluiza
vem ser feliz



R\$ milhões (exceto quando indicado)	2013	2012	2011
Margem Líquida	1,4%	-0,1%	0,2%
Lucro Líquido Ajustado	70,7	14,1	55,5
Margem Líquida Ajustada	0,9%	0,2%	0,9%
Lucro Líquido Ajustado sem PLR ²	85,7	14,1	55,5
Margem Líquida Ajustada sem PLR ²	1,1%	0,2%	0,9%
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas	12,9%	12,5%	16,5%
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	10,5%	9,8%	13,1%
Crescimento nas Vendas Internet	28,2%	33,3%	44,4%
Quantidade de Lojas - Final do Período	744	743	728
Área de Vendas - Final do Período (m ²)	473.884	469.061	454.045

¹2013: PLR de R\$22,7 milhões bruto e ²PLR de R\$15,0 milhões líquidos de impostos / na - não aplicável

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de dezembro de 2013, o nosso patrimônio líquido totalizava R\$694,6 milhões, enquanto o nosso endividamento líquido era de R\$548,7 milhões. A forte presença do capital de terceiros na nossa estrutura de capital é resultado da nossa opção por acelerar nosso crescimento, de forma a maximizar o valor para os nossos acionistas. Consideramos também que as receitas diferidas são parte importante do financiamento dos nossos negócios, uma vez que os recursos recebidos decorrentes de parcerias foram utilizados para reduzir nosso endividamento e financiar nosso crescimento.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Empréstimos e Financiamentos Circulantes	425,2	317,2	129,7
Empréstimos e Financiamentos Não Circulantes	895,1	918,8	581,7
Endividamento Bruto ^(A)	1.320,3	1.236,0	711,3
Caixa e Equivalentes de Caixa	280,3	418,9	169,3
Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	491,3	126,4	26,9
Caixa e Aplicações ^(B)	771,6	545,3	196,2
Endividamento Líquido ^{(A) - (B) ⁽¹⁾}	548,7	690,7	515,2
Receitas Diferidas	386,0	412,3	418,1
Patrimônio Líquido	694,6	616,0	620,9

⁽¹⁾ O Endividamento Líquido corresponde a empréstimos e financiamentos circulante e não circulante mais financiamentos de aquisições, subtraído do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulante e não circulante. Outras companhias podem calcular o Endividamento Líquido de maneira diferente da Companhia.



(i) *hipóteses de resgate*

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

ii. *fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, bem como fórmula de cálculo.

c. *Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

Cumprimos todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos. Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiros. No exercício de 2014, considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

A tabela abaixo ilustra a reconciliação entre o nosso lucro (prejuízo) líquido e o EBITDA:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	113,8	(6,7)	11,7
(+) Imposto de renda e contribuição social	17,2	(30,6)	13,8
(+) Resultado financeiro líquido	244,0	203,8	199,3
(+) Depreciação e amortização	102,0	92,4	85,8
EBITDA ⁽¹⁾	476,9	258,9	310,6
Margem EBITDA (EBITDA / Receita Líquida)	5,9%	3,7%	5,2%

(1) Calculamos o EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) como o lucro (prejuízo) líquido, antes do imposto de renda e da contribuição social, das receitas (despesas) financeiras e da depreciação e amortização. Em razão de nosso cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou IFRS, e não deve ser considerado com alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicadores de liquidez. O EBITDA não possui significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com a definição de EBITDA utilizada por outras companhias. Porém,



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

uma vez que EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

Em 2013, alcançamos EBITDA de R\$476,9 milhões, com margem EBITDA de 5,9%. No mesmo período, nossa dívida líquida era de R\$548,7 milhões, representando 1,2 vezes nosso EBITDA. Adicionalmente, nosso endividamento consiste, majoritariamente, em empréstimos de longo prazo, que representavam 68% do nosso endividamento bruto em 31 de dezembro de 2013.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
(+) Empréstimos e financiamentos circulantes	425,2	317,2	129,7
(+) Empréstimos e financiamentos não circulantes	895,1	918,8	581,7
(=) Endividamento Bruto	1.320,3	1.236,0	711,3
(-) Caixa e equivalentes de caixa	280,3	418,9	169,3
(-) Títulos e valores mobiliários circulantes	491,3	126,4	26,9
(-) Títulos e valores mobiliários não circulantes	-	-	-
(=) Endividamento Líquido	548,7	690,7	515,2
Endividamento curto prazo / Endividamento Bruto	32%	26%	18%
Endividamento longo prazo / Endividamento Bruto	68%	74%	82%
EBITDA	476,9	258,9	310,6
Dívida Líquida / EBITDA	1,2x	2,7 x	1,7 x

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos, em ativos não circulantes, utilizadas

Nosso capital de giro é financiado principalmente por recursos de terceiros. Nossos ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos a recuperar decorrentes da substituição tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda.

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha. A tabela abaixo ilustra a nossa estrutura de capital de giro:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Ativo Circulante	2.922,0	2.420,6	2.113,6
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(280,3)	(418,9)	(169,3)
(-) Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	(491,3)	(126,4)	(26,9)
Subtotal	2.150,4	1.875,3	1.917,4
Passivo Circulante	2.527,6	2.007,9	1.724,0



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

(-) Empréstimos e Financiamentos Circulantes	(425,2)	(317,2)	(129,7)
(-) Receitas Diferidas	(36,7)	(37,1)	(29,6)
(-) Dividendos a Pagar	(16,2)	-	(1,7)
Subtotal	2.049,4	1.653,6	1.563,0
Capital de Giro	101,0	221,8	354,4

A tabela abaixo ilustra a nossa estrutura de capital fixo:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Contas a receber	4,7	0,4	5,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	139,4	148,3	127,0
Outros ativos	626,0	529,2	136,7
Imobilizado	540,4	574,0	488,4
Intangível	481,4	435,3	442,9
Contas dos Ativos não circulantes ^(A)	1.791,9	1.687,2	1.200,9
Impostos parcelados	-	1,8	4,4
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	245,9	187,6	167,2
Receita Diferida	349,2	375,2	388,5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	10,7
Outras contas a pagar	1,5	0,6	6,9
Contas dos Passivos não circulantes ^(B)	596,6	565,2	577,7
Capital Fixo ^{(A) - (B)}	1.195,3	1.122,0	623,2

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional e de nossas controladas em conjunto e subsidiárias é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais divergências entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, contamos também com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Grande parte do nosso endividamento é composta por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é a garantia de recursos para nossos investimentos, como: aberturas de novas lojas, capital de giro e aquisições. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011, os nossos empréstimos e financiamentos apresentavam saldos de R\$1.320,3 milhões, R\$1.236,0 milhões e R\$711,3 milhões, respectivamente.



magazineluiza
vem ser feliz



As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos nossos recebíveis, fianças bancárias, hipoteca e avais/fianças de acionistas.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros referentes aos períodos indicados:

Modalidade	Encargo	Vencimento final	Exercício encerrado em 31/dez de		
			2013	2012	2011
BNDES	-	Dez/13	-	13.579	32.297
Capital de Giro	107,5% a 116% CDI	Dez/19	692.668	801.494	658.646
Arrendamentos Mercantis Financeiros	CDI/LIBOR	Dez/19	18.677	18.032	20.392
Debêntures – Oferta Restrita	108,8% à 114,5% CDI	Out/16	608.935	200.180	-
Notas Promissórias	-	Out/13	-	202.679	-
Total			1.320.280	1.235.964	771.335
Passivo circulante			425.227	317.198	129.671
Passivo não circulante			895.053	918.766	581.664

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2013.

Banco do Brasil

- *Contrato de Abertura de Crédito (FINBENS)*

O Magazine Luiza celebrou Contrato de Abertura de Crédito com o Banco do Brasil S.A. (FINBENS), em 19 de setembro de 2007, com um limite de crédito de R\$300,0 milhões.

- *Contratos de Abertura de Créditos Fixos*

O Magazine Luiza celebrou quatro Contratos de Abertura de Crédito com o Banco do Brasil S.A., em 19 de março de 2009, 14 de abril de 2009, 13 de maio de 2009 e 08 de julho de 2009, com o valor total de R\$150,0 milhões.

Em 01 de agosto de 2011, os saldos devedores de Créditos Fixos e FINBENS foram consolidados e ratificados. Os prazos de vencimentos foram alterados para 17 de agosto de 2015.

As amortizações de principal passaram a ter carência de pagamento de 30 (trinta) meses a contar da data de consolidação e ratificação, sendo amortizados em quatro parcelas semestrais a partir de 17 de fevereiro de 2014. Os pagamentos de juros serão feitos semestralmente a partir da data de consolidação e ratificação.



magazineluiza
vem ser feliz



Em 17 de outubro de 2013, foi ratificado o contrato de capital de giro para prorrogar até outubro de 2014 o prazo de vencimento de R\$ 120,0 milhões, os quais serão remunerados por 108,8% do CDI.

Os contratos são garantidos por cessão de direitos creditórios de recebíveis da bandeira Visa.

Os contratos contêm cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- *Contratos de Empréstimo Externo Direto em Moeda Estrangeira*

A F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia) celebrou com o Banco do Brasil S.A., em 17 de dezembro de 2010, dois Contratos de Empréstimo Externo Direto em Moeda Estrangeira e Outras Avenças (“Contratos de Empréstimo Internacional - BB”) nos valores de USD 54,2 milhões e USD 16,4 milhões, respectivamente. O saldo devedor e os contratos são garantidos por cessão de direitos creditórios de recebíveis da bandeira Visa.

Com o objetivo de mitigar o risco cambial da operação de crédito, firmamos contratos de *swap* com o Banco do Brasil S.A., os quais substituem o valor principal mais juros, indexados em moeda estrangeira, por um % do CDI, em moeda local.

Os contratos têm estruturas semelhantes e estão sendo amortizados em parcelas semestrais, sendo o vencimento da última parcela será em 24 de junho de 2015.

Os contratos contêm cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Banco Bradesco

- *Contrato de Empréstimo*

O Magazine Luiza celebrou o Contrato de Empréstimo com o Bradesco S.A., New York Branch, em 14 de dezembro de 2010, no valor de USD 58,9 milhões.

Este contrato é garantido por nota promissória do Magazine Luiza, aval da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. e por cessão de direitos creditórios dos recebíveis das bandeiras Amex.

Com o objetivo de mitigar o risco cambial da operação de crédito, firmamos um contrato de *swap* com o Banco do Bradesco S.A., o qual substitui o valor principal mais juros, indexados em moeda estrangeira, por um % do CDI, em moeda local.

O saldo devedor relativo a este contrato foi integralmente pago em 2 de dezembro de 2013.



magazineluiza
vem ser feliz



Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- *Contrato de Financiamento - BNDES*

O Magazine Luiza celebrou Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nº 08.2.0171.1, em 14 de julho de 2008, com o valor principal de R\$76,5 milhões, constando de três subcréditos (subcrédito A no valor de R\$51,3 milhões, subcrédito B no valor de R\$22,0 milhões e subcrédito C, no valor de R\$3,2 milhões).

Este contrato é garantido por cartas fiança, emitidas pelo Banco do Brasil S.A., Banco Votorantim S.A., HSBC Bank Brasil S.A. e Itaú BBA.

Os pagamentos dos valores principais dos subcréditos foram efetuados em parcelas mensais e anuais, no período de 15 de agosto de 2009 a 15 de dezembro de 2013. Os saldos devedores de ambos os contratos foram integralmente pagos no ano de 2013.

Caixa Economica Federal – CEF

- *CCB CEF*

O Magazine Luiza celebrou Contrato de Financiamento mediante abertura de Cédula de Crédito Bancário – Nº 23.0304.767.0000001-50, 23.0304.777.0000001-31, 23.0304.777.0000003-01 e 23.0304.777.0000002-12, nos valores de R\$100,0 milhões, R\$73,0 milhões, R\$37,7 milhões e R\$31,0 milhões.

Este contrato é garantido por aval da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. Os pagamentos dos valores principais são trimestrais no período de 25 de março de 2014 até 25 de dezembro 2019.

O contrato contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Nota Promissória

- *2º Emissão de Nota Promissória*

O Magazine Luiza emitiu Nota Promissória com código ISIN nº BRMGLUNPM014, na quantidade de 20 cártulas, cada uma no valor unitário de R\$10,0 milhões, totalizando R\$200,0 milhões.

Esta emissão ocorreu sem garantias, com esforços restritos e no ICVM nº 476. A emissão ocorreu no dia 22 de outubro de 2012, com vencimento 17 de outubro de 2013.

A operação foi quitada em 17 de outubro de 2013.

Debêntures



- *1ª Emissão*

Em 26 de dezembro de 2011, o Magazine Luiza promoveu sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 200 milhões, tendo emitido 200 debêntures no total.

Esta emissão ocorreu sem garantias, com esforços restritos, no âmbito da Instrução CVM n.º 476., com vencimento em 17 de junho de 2014.

A escritura de emissão contém hipóteses usuais de vencimento antecipado.

O nosso endividamento de curto e longo prazo, na data base de 31 de dezembro de 2013, está assim distribuído ao longo do tempo:

Contrato de Empréstimo	Pagamentos devidos por período (em reais mil)			
	Total	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos
Total	1.320.280	425.227	786.568	108.485

- ii. *outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Em 31 de dezembro de 2013, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, mantemos sólidas relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Adicionalmente, firmamos (i) com o Itaú Unibanco e com o Banco Itaucard S.A. um Acordo de Associação relativo à nossa operação com a Luizacred, nossa controlada em conjunto financeira; e (ii) com a Cardif um Acordo relativo à nossa operação com a Luizaseg, nossa controlada em conjunto que oferece trabalho de seguros com garantia estendida e outros seguros.

- iii. *grau de subordinação entre as dívidas*

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais.

- iv. *eventuais restrições impostas ao emissor, principalmente com relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

Em 31 de dezembro de 2012, cumprimos as obrigações acessórias ("covenants"), que restringiam os limites e a contratação de novas dívidas, constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras. Essas obrigações acessórias referem-se ao atingimento de índices financeiros, que possuem vencimentos a partir do ano de 2013, conforme descrito abaixo:



magazineluiza
vem ser feliz



Contrato Banco do Brasil

• não realizar, sem prévia e expressa autorização do Banco do Brasil, a distribuição de dividendos em, no máximo, 25% do lucro líquido;

• manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada¹ / EBITDA não superior a 3,0 vezes, sendo apurada semestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros; e

• apresentar balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.

Caixa Econômica Federal

• não realizar, sem prévia e expressa autorização da Caixa Econômica Federal, a distribuição de dividendos em, no máximo, 25% do lucro líquido;

• manter a relação Dívida Financeira Líquida / EBITDA não superior a 3,5 vezes, sendo apurada semestralmente a partir de Dez/2012, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros;

• apresentar balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.

¹ Dívida Financeira Líquida Ajustada entende-se como o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, excluindo-se as operações de Comprar e Vender, menos disponibilidades e contas a receber de cartões de crédito.

² Dívida Líquida entende-se como o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, excluindo-se as operações de Comprar e Vender, menos disponibilidades.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2013, possuíamos um total de R\$ 1.320,3 milhões de empréstimos tomados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Nossas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram auditadas pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Por sua vez, nossas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram auditadas pela DELLOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e o Relatório dos Auditores Independentes também se encontra anexo às Demonstrações Financeiras Anuais Completas, e possui parágrafos de ênfases quanto: (i) à preparação das



magazineluiza
vem ser feliz



demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) à reapresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2011, tendo em vista a adoção ao IFRS 11. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Importante: de acordo com a aplicação do CPC 19 e o IFRS 11, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 refletem as participações nas *joint ventures* Luizacred e Luizaseg pelo método da equivalência patrimonial e não mais pela consolidação proporcional de ativos, passivos, receitas e despesas, como havia sido divulgado em 2011. Os efeitos de tal aplicação são demonstrados nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras.

Em vista disso, os resultados consolidados constantes das demonstrações financeiras auditadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 correspondem aos segmentos de varejo (Magazine Luiza), consórcio (Consórcio Luiza) e fundo exclusivo de investimento. Por sua vez, os resultados consolidados constantes das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 correspondem aos segmentos de varejo (Magazine Luiza), consórcio (Consórcio Luiza), financiamento ao consumo (Luizacred), operações de seguros (Luizaseg) e fundo exclusivo de investimento. Desta forma, as demonstrações financeiras auditadas de 2013 e 2012 não são comparáveis aos resultados consolidados de 2011.

Em vista disso, para garantir a transparência e a comparação das informações, a Companhia: (i) comenta neste item as informações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 em bases comparáveis, refletindo a aplicação do CPC 19 e do IFRS 11; e (ii) salienta que as informações financeiras consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 apresentadas neste item 10.1(h) não foram auditadas.

Descrição das principais linhas do nosso resultado

- **Receita Líquida**

Nossa receita líquida é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias; (ii) operações financeiras; e (iii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

As receitas de revenda de mercadorias são geradas por todas as nossas lojas e a contabilização das receitas é feita quando da entrega das mercadorias aos clientes e a titularidade legal das mercadorias é transferida aos clientes. As receitas provenientes das operações de crédito são realizadas por nossa controlada em conjunto Luizacred, e compreendem principalmente as atividades de crédito direto ao consumidor, cartões de crédito e empréstimo pessoal. A contabilização dos juros é realizada conforme a taxa de juros, o prazo e o saldo devedor de cada financiamento. As receitas de prestação de serviços são realizadas por todas as nossas empresas e incluem a venda de garantias estendidas, consórcios, diversos tipos de seguros, além da cobrança de tarifas de cartões de crédito e taxas pela nossa atividade de correspondente bancário.



magazineluiza
vem ser feliz



Abaixo descrevemos os impostos e devoluções sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado:

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre a receita bruta em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

Nos dezesseis estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributaria do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*Mark-up*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição foram registrados de acordo com o regime de competência no grupo de custo das mercadorias vendidas, das operações de varejo, conforme descrito abaixo.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 7% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Ressaltamos ainda que recolhemos os impostos devidos sobre as vendas dos produtos e, posteriormente, pagamos ao governo do respectivo Estado. Quando nossos produtos são vendidos, o custo do ICMS, que tínhamos anteriormente registrado como parte do custo dos estoques, torna-se registrado como custo de mercadorias revendidas quando as vendas são realizadas. Em geral, a incidência tributária ocorre quando, ao circularmos com a mercadoria, entramos em outro Estado da federação, mesmo que o efetivo pagamento esteja relacionado com as compras futuras dos nossos clientes.

Especificamente para o Estado de São Paulo, nas vendas de produtos cujos fornecedores estão localizados em outros Estados da federação, somos responsáveis pelo pagamento deste tributo no Estado de São Paulo. De outro modo, nas vendas de produtos cujos centros de distribuição estão no Estado de São Paulo e destinam para outros Estados da federação, também somos responsáveis pelo recolhimento do ICMS para este outro Estado e, em seguida, recuperamos o tributo anteriormente pago ao Estado de São Paulo.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais, como computadores. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas. Além disso, nas atividades de financiamento e de seguros, aplicam-se alíquotas de 0,65% para PIS e de 4,0% para COFINS, cuja base de cálculo recai, respectivamente, na receita líquida de despesa de captação, deduzindo as recuperações de crédito e depósitos judiciais, e no prêmio ganho, deduzido dos sinistros



magazineluiza
vem ser feliz



pagos, acrescidos de todas as receitas financeiras. Nas atividades de financiamento e de seguros os valores de PIS e COFINS são registrados como despesas tributárias, no grupo de despesas operacionais.

Impostos sobre Serviços - ISS

O Imposto Sobre Serviço (ISS) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. Efetuamos o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

Devoluções sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas pelos nossos clientes, são registrados como deduções que impactam nossa receita líquida.

- **Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados**

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição dos produtos que revendemos e registrado na data em que as receitas de venda de mercadorias são reconhecidas. Estes valores são deduzidos das verbas de indenização por obsolescência e outras verbas por superação de metas, incluindo bônus por compras adicionais de produtos, pagas pelos nossos fornecedores. Além disso, contabilizamos também como custo das mercadorias os gastos com frete, relacionadas ao transporte de mercadorias até os Centros de Distribuição (“CDs”), que por consequência são incorporados ao custo. Adicionalmente, nos 16 estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*markup*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. O recolhimento desta substituição tributária do ICMS é reconhecido em nossos estoques e impacta o custo das nossas mercadorias vendidas, quando as vendas são realizadas.

Os custos das operações de crédito são compostos por custos de captação no mercado (depósitos interfinanceiros), por meio de nossa controlada em conjunto Luizacred. Os custos dos serviços prestados englobam custos de sinistros com as apólices de garantia estendidas e outros custos da administração de consórcios.

- **Despesas com Vendas**

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações das nossas lojas, bem como das nossas subsidiárias e controladas em conjunto. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários; comissões; encargos sociais e benefícios; propaganda e *marketing*; distribuição e logística; aluguel; comunicação; segurança; energia; e manutenção.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de



distribuição, escritório central de Franca, escritório de negócios de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas.

- **Depreciação e amortização**

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, ou do conjunto destes, por meio do método linear, fazendo com que o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado das nossas demonstrações financeiras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

- **Outras Receitas Operacionais, Líquidas**

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente da apropriação de receitas diferidas relativas a acordos de cessão de direito de exploração, realizadas por instituições financeiras para (i) gerirem a nossa folha de pagamento e oferecerem com exclusividade serviços bancários a nossos empregados; (ii) terem o direito de exclusividade para oferecerem serviços financeiros e produtos de seguros para os nossos clientes, por nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg. Os acordos de cessão de direitos de exploração, que são geralmente recebidos à vista, são registrados nas contas contábeis de caixa e receita diferida, no balanço patrimonial e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”.

- **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros incidentes sobre o endividamento, juros sobre antecipações de cartão de crédito e juros das operações comerciais de vendedor. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários e juros de vendas de garantia estendida.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e de consórcio de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para as atividades de financiamento e seguros, as alíquotas são de 25% para IRPJ e 15% para CSLL.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos pela diferença temporária dos valores, no fim de cada período, entre saldos ativos e passivos do balanço patrimonial, bem como as suas bases fiscais correspondentes, incluindo todos os rendimentos tributáveis ou prejuízos fiscais. Os impostos diferidos, registrados no passivo, são reconhecidos por toda diferença temporária tributável, enquanto os impostos diferidos, registrados no ativo, são reconhecidos pela diferença temporária dos valores dedutíveis, mas apenas se a empresa apresentar lucros tributáveis no período, no qual sejam suficientes para suprir as deduções aplicadas. Os impostos diferidos no ativo e no passivo não são reconhecidos por diferenças tributárias temporárias, que são resultantes do valor da conta intangível, ou do reconhecimento inicial para as demais operações do ativo e do passivo que não impactam o lucro tributável ou o lucro contábil, exceto para as combinações de negócios.



magazineluiza
vem ser feliz

 **MGLU3**
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Para maiores informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidos, ver o item “Políticas Contábeis Críticas” a seguir.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2013	A.V. % ⁽¹⁾	2012	A.V. % ⁽¹⁾	Varição % 2012/2013
Receita Líquida de Vendas	8.088,4	100,0	7.066,8	100,0	14,5
Custo das Mercadorias Revendidas, das Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras	(5.825,4)	(72,0)	(5.057,8)	(71,6)	15,2
Lucro bruto	2.263,0	28,0	2.009,0	28,4	12,6
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(1.513,8)	(18,7)	(1.404,1)	(19,9)	7,8
Gerais e administrativas	(403,7)	(5,0)	(372,2)	(5,3)	8,5
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(21,2)	(0,3)	(23,5)	(0,3)	(9,6)
Equivalência Patrimonial	54,5	0,7	18,0	0,3	202,4
Depreciação e amortização	(102,0)	(1,3)	(92,4)	(1,3)	10,3
Outras receitas operacionais, líquidas	98,2	1,2	31,7	0,4	209,4
Lucro operacional antes do resultado financeiro	375,0	4,6	166,5	2,4	125,2
Resultado Financeiro	(244,0)	(3,0)	(203,8)	(2,9)	19,7
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	131,0	1,6	(37,3)	(0,5)	(450,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido	(17,2)	(0,2)	30,6	0,4	(156,2)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	113,8	1,4	(6,7)	(0,1)	(1.787,3)

⁽¹⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.

A tabela abaixo apresenta os componentes da receita líquida:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2013	A.V. % ⁽¹⁾	2012	A.V. % ⁽¹⁾	Varição % 2012/2013
Receita Bruta de Vendas e Serviços	9.692,4	119,8	8.456,1	119,7	14,6



magazineluiza
vem ser feliz



(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação % 2012/2013
	2013	A.V. % ⁽¹⁾	2012	A.V. % ⁽¹⁾	
Impostos e Devoluções	(1.604,0)	(19,8)	(1.389,3)	(19,7)	15,4
Receita Líquida de Vendas	8.088,4	100,0	7.066,8	100,0	14,5

⁽¹⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Abertura da quantidade de lojas

Número de lojas por Estado	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
São Paulo	271	271	272
Minas Gerais	82	80	79
Paraná	100	106	105
Mato Grosso do Sul	14	13	12
Goiás	4	4	4
Rio Grande do Sul	55	55	55
Santa Catarina	59	59	58
Paraíba	22	22	22
Rio Grande do Norte	12	12	12
Pernambuco	25	24	20
Ceará	20	19	18
Alagoas	11	10	10
Sergipe	6	5	4
Bahia	55	55	51
Piauí	6	6	4
Maranhão	1	1	1
Nacional – Site	1	1	1
Total	744	743	728

Abertura de Loja por Canal de Vendas (Final do Período)

Número de lojas por canal - final do período	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Lojas virtuais	107	106	103
Site	1	1	1
Subtotal - Canal Virtual	107	107	104
Lojas convencionais ⁽¹⁾	636	636	624
Total	744	743	728

⁽¹⁾ Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.

Receita Bruta por Canal

Receita bruta por canal	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2013	A.V. (%)	2012	A.V. (%)	Crescimento
Lojas virtuais	439,8	4,6%	385,8	4,6%	14,0%
Site	1.403,3	14,6%	1.094,8	13,0%	28,2%
Subtotal - Canal Virtual	1.843,1	19,1%	1.480,6	17,6%	24,5%
Lojas convencionais ⁽¹⁾	7.796,3	80,9%	6.937,2	82,4%	12,4%
Total	9.639,4	100,0%	8.417,8	100,0%	14,5%

Receita bruta por canal	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. (%)	2010	A.V. (%)	Crescimento



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Lojas virtuais	295,1	4,1%	238,6	4,5%	23,7%
Site	821,1	11,5%	568,7	10,7%	44,4%
Subtotal - Canal Virtual	1.116,1	15,7%	807,3	15,2%	38,3%
Lojas convencionais ⁽¹⁾	5.996,6	84,3%	4.517,1	84,8%	32,8%
Total	7.112,8	100,0%	5.324,4	100,0%	33,6%

⁽¹⁾ Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.

Receita Bruta Consolidada

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta entre os segmentos de negócios:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	Variação % 2012/2013
Receita Bruta - Varejo – Revenda de Mercadorias	9.265,6	8.114,0	14,2%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	396,1	314,3	26,0%
Total Varejo	9.661,7	8.428,3	14,6%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	38,5	33,7	14,1%
Eliminações Inter-Companhias ⁽¹⁾	(7,8)	(5,9)	31,3%
Receita Bruta Total	9.692,4	8.456,1	14,6%

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza cresceu 14,6% em 2013 em relação a 2012, passando de R\$8.456,1 milhões para R\$9.692,4 milhões. O expressivo aumento obtido no ano reflete nossa assertividade na estratégia comercial com bom desempenho de vendas em todos os canais, aumento de produtividade e melhora do mix de produtos.

Receita Líquida Consolidada

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	Variação % 2012/2013
Receita Líquida - Varejo – Revenda de Mercadorias	7.715,1	6.768,1	14,0%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	346,0	273,8	26,3%
Total Varejo	8.061,1	7.041,9	14,5%
Receita Líquida - Administração de Consórcios	35,1	30,8	14,1%
Eliminações – Receita entre segmentos ⁽¹⁾	(7,8)	(5,9)	31,3%
Receita Líquida Total	8.088,4	7.066,8	14,5%

A receita líquida consolidada aumentou 14,5% em 2013 em relação a 2012, em linha com o crescimento da receita bruta, passando de R\$7.066,8 milhões para R\$8.088,4 milhões.



Lucro Bruto Consolidado

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	Varição % 2012/2013
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.894,8	1.716,1	10,4%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	346,0	273,8	26,3%
Total Varejo	2.240,8	1.990,0	12,6%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	22,2	19,0	16,9%
Eliminações – Operações entre segmentos	-	-	-
Lucro Bruto Total	2.263,0	2.009,0	12,6%

⁽¹⁾ As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia. A tabela a seguir mostra a nossa margem bruta nos períodos indicados.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	Varição % 2012/2013
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	24,6%	25,4%	-0,8 pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0 pp
Total Varejo	27,8%	28,3%	-0,5 pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	63,4%	61,8%	1,5 pp
Eliminações Inter companhia	0,0%	0,0%	0,0 pp
Margem Bruta Total	28,0%	28,4%	-0,5 pp

⁽¹⁾ A margem bruta é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita líquida

O lucro bruto consolidado avançou 12,6% em 2013, passando para R\$2.263,0 milhões, com margem bruta de 28,0%, representando um decréscimo de 0,5 ponto percentual em relação a 2012. Todavia, em bases comparáveis¹, a margem bruta de 2013 foi de 28,6%, representando um aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho da margem bruta foi influenciado pela maior participação de vendas pela internet, mas também reflete a melhoria da margem bruta das lojas do Nordeste, dada pela integração completa das operações, bem como da preservação de margens nas demais regiões.

Despesas Operacionais

¹ Em 2013, o lucro bruto reflete o efeito da reclassificação das despesas de INSS, anteriormente contabilizadas como despesas operacionais e que passaram a ser contabilizadas como impostos sobre o faturamento (com o programa de desoneração da folha de pagamento, o INSS passou a ser calculado como um percentual do faturamento bruto ao invés de um percentual sobre a despesa de salários).



magazineluiza
vem ser feliz



(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2013	% RL	2012	% RL	Variação % 2012/2013
Despesas com vendas s/ PLR	(1.512,4)	(18,7)	(1.404,1)	(19,9)	7,7
Despesas gerais e administrativas s/ PLR	(382,4)	(4,7)	(372,2)	(5,3)	2,7
PLR	(22,7)	(0,3)	-	0,0	0,0
Perda em liquidação duvidosa	(21,2)	(0,3)	(23,5)	(0,3)	(9,6)
Outras receitas operacionais, líquidas	98,2	1,2	31,7	0,4	209,4
Total de Despesas Operacionais	(1.840,5)	(22,8)	(1.768,1)	(25,0)	4,1
(+/-) Despesas Extraordinárias	(65,3)	(0,8)	39,9	0,6	(263,8)
Total de Despesas Operacionais	(1.905,8)	(23,6)	(1.728,2)	(24,5)	10,3

EBITDA

O lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização (EBITDA Consolidado) foi de R\$476,9 milhões em 2013, com margem de 5,9%. No ano de 2013, a Companhia concluiu a venda de sua participação de 76,7% no centro de distribuição localizado em Louveira (SP), que gerou um ganho operacional líquido de outras despesas não recorrentes no valor de R\$65,3 milhões no segundo trimestre de 2013. Desconsiderando o efeito deste resultado extraordinário, o EBITDA consolidado ajustado totalizou R\$411,6 milhões, com margem de 5,1%. Os principais fatores que contribuíram positivamente para a expansão do EBITDA foram o bom desempenho de vendas em todos os canais, uma melhor diluição de despesas, a sinergia das integrações das lojas do Baú e da Lojas Maia e um desempenho recorde da Luizacred.

Lucro Líquido Consolidado

Em 2013, o lucro líquido consolidado totalizou R\$113,8 milhões, com margem de 1,4%, revertendo o prejuízo de R\$6,7 milhões em 2012. Excluindo o efeito dos resultados extraordinários, o lucro líquido ajustado alcançou R\$70,7 milhões, equivalente a uma margem líquida de 0,9%.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	A.V. % ⁽¹⁾	2011	A.V. % ⁽¹⁾	Varição % 2011/2012
Receita Líquida de Vendas	7.066,8	100,0	5.935,6	100,0	18,7
Custo das Mercadorias Revendidas, das Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras	(5.057,8)	(71,6)	(4.172,6)	(70,1)	21,2
Lucro bruto	2.009,0	28,4	1.781,0	29,9	12,8
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(1.404,1)	(19,9)	(1.201,7)	(20,2)	16,8
Gerais e administrativas	(372,2)	(5,3)	(340,2)	(5,7)	9,4
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(23,5)	(0,3)	(13,3)	(0,2)	77,0
Equivalência Patrimonial	18,0	0,3	30,2	0,5	(40,4)
Depreciação e amortização	(92,4)	(1,3)	(85,8)	(1,4)	7,7
Outras receitas operacionais, líquidas	31,7	0,4	54,5	0,9	(41,8)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	166,5	2,4	224,8	3,8	(25,9)
Resultado Financeiro	(203,8)	(2,9)	(199,3)	(3,3)	2,3
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(37,3)	(0,5)	25,5	0,4	(246,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido	30,6	0,4	(13,8)	(0,2)	(321,2)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(6,7)	(0,1)	11,7	0,2	(157,4)

⁽¹⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.

A tabela abaixo apresenta os componentes da receita líquida:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	A.V. % ⁽¹⁾	2011	A.V. % ⁽¹⁾	Varição % 2011/2012



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação % 2011/2012
	2012	A.V. % ⁽¹⁾	2011	A.V. % ⁽¹⁾	
Receita Bruta de Vendas e Serviços	8.456,1	119,7	7.135,6	119,9	18,5
Impostos e Devoluções	(1.389,3)	(19,7)	(1.182,0)	(19,9)	17,5
Receita Líquida de Vendas	7.066,8	100,0	5.953,6	100,0	18,7

⁽¹⁾ Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.

Receita Bruta Consolidada

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta entre os segmentos de negócios:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação % 2011/2012
Receita Bruta - Varejo – Revenda de Mercadorias	8.114,0	6.848,1	18,5%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	314,3	264,7	18,7%
Total Varejo	8.428,3	7.112,8	18,5%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	33,7	27,7	21,7%
Eliminações Inter-Companhias ⁽¹⁾	(5,9)	(5,0)	19,1%
Receita Bruta Total	8.456,1	7.135,6	18,5%

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza foi de R\$8.456,1 milhões em 2012. O expressivo crescimento obtido no ano foi influenciado pela expansão do número de lojas e, principalmente, pelo crescimento de 12,5% nas vendas nas lojas existentes (conceito mesmas lojas), sendo que: i) as lojas físicas apresentaram crescimento de 9,8% no conceito mesmas lojas; e ii) o e-commerce apresentou crescimento de 33,3%, ultrapassando, pela primeira vez na história da Companhia, a marca de R\$1 bilhão em vendas, fechando o ano de 2012 com R\$1.094,8 milhão. As vendas na região Nordeste cresceram 24,3% em 2012 (apresentando crescimento de 13,1% no conceito mesmas lojas), alcançando R\$1.233,5 milhões, equivalente a 14,6% das vendas totais do varejo no ano.

Receita Líquida Consolidada

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Variação % 2011/2012
Receita Líquida - Varejo – Revenda de Mercadorias	6.768,1	5.703,0	18,7%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	273,8	229,7	19,2%



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Total Varejo	7.041,9	5.932,7	18,7%
Receita Líquida - Administração de Consórcios	30,8	25,8	19,4%
Eliminações – Receita entre segmentos ⁽¹⁾	(5,9)	(5,0)	19,1%
Receita Líquida Total	7.066,8	5.953,6	18,7%

A receita líquida consolidada totalizou R\$7.066,8 milhões em 2012, em linha com o crescimento da receita bruta.

Lucro Bruto Consolidado

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Varição % 2011/2012
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.716,1	1.539,6	11,5%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	273,8	229,7	19,2%
Total Varejo	1.990,0	1.769,3	12,5%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	19,0	11,7	62,4%
Eliminações – Operações entre segmentos ⁽¹⁾	-	-	-
Lucro Bruto Total	2.009,0	1.781,0	12,8%

A tabela a seguir mostra a nossa margem bruta nos períodos indicados.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	Varição % 2011/2012
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	25,4%	27,0%	(1,6) pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0 pp
Total Varejo	28,3%	29,8%	(1,5) pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	61,8%	45,3%	16,5 pp
Eliminações Inter companhia	0,0%	0,0%	-
Margem Bruta Total	28,4%	29,9%	(1,5) pp

⁽¹⁾ A margem bruta é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita líquida

O lucro bruto consolidado atingiu R\$2.009,0 milhões em 2012, com margem bruta de 28,4%. A redução de margem bruta de 1,5 ponto percentual foi influenciada pela maior participação de vendas pela internet, pela integração das lojas do Nordeste e pela necessidade de estimular o consumo através de promoções em meio a um cenário de forte concorrência no 4T12.

Despesas Operacionais

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	% RL	2011	% RL	Varição %



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

indicado)					2011/2012
Despesas com vendas	(1.404,1)	(19,9)	(1.201,7)	(20,2)	16,8
Despesas gerais e administrativas	(372,2)	(5,3)	(340,2)	(5,7)	9,4
Perda em liquidação duvidosa	(23,5)	(0,3)	(13,3)	(0,2)	76,8
Outras receitas operacionais, líquidas	31,7	0,4	54,5	0,9	(41,8)
Total de Despesas Operacionais	(1.768,1)	(25,0)	(1.500,7)	(25,2)	17,8
(+/-) Despesas Extraordinárias	39,9	0,6	45,7	0,8	12,8
Total de Despesas Operacionais	(1.728,2)	(24,5)	(1.454,9)	(24,4)	18,8

EBITDA

Em 2012, a Companhia apresentou despesas operacionais em linha com 2011. Apesar da redução dos custos operacionais, fruto do projeto de racionalização de custos e despesas, o processo de integração das Lojas do Baú e das Lojas Maia, bem como as vendas abaixo das expectativas e queda da margem bruta no último trimestre, impediram uma maior diluição das despesas operacionais. Desta forma, o lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização (EBITDA) foi de R\$258,9 milhões em 2012, com margem de 3,7%.

Lucro Líquido Consolidado

O resultado líquido de 2012 foi um prejuízo de R\$6,7 milhões, com margem de -0,1%, impactado também pelo processo de integração das Lojas do Baú e das Lojas Maia, além da queda da margem bruta no último trimestre.



BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2013 comparado a 31 de dezembro de 2012.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação % 2012/2013
	2013	A.V. % ⁽¹⁾	2012	A.V. % ⁽¹⁾	
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	280,3	5,9	418,9	10,2	(33,1)
Títulos e valores mobiliários	491,3	10,4	126,4	3,1	288,7
Contas a receber	530,6	11,3	486,5	11,8	9,1
Estoques	1.251,4	26,5	1.068,8	26,0	17,1
Partes relacionadas	108,9	2,3	73,6	1,8	47,9
Tributos a recuperar	218,6	4,6	208,5	5,1	4,8
Outros ativos	41,0	0,9	38,0	0,9	7,9
Total dos ativos circulantes	2.922,0	62,0	2.420,6	58,9	20,7
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	4,7	0,1	0,4	0,0	1.076,6
Imposto de renda e contribuição social diferidos	139,4	3,0	148,3	3,6	(6,0)
Tributos a recuperar	158,8	3,4	137,4	3,3	15,6
Depósitos judiciais	170,1	3,6	129,3	3,1	31,5
Outros ativos	45,4	1,0	39,6	1,0	14,8
Investimentos em controladas	251,7	5,3	222,9	5,4	12,9
Imobilizado	540,4	11,5	574,0	14,0	(5,8)
Intangível	481,4	10,2	435,3	10,6	10,6
Total dos ativos não circulantes	1.791,9	38,0	1.687,2	41,1	6,2
TOTAL DO ATIVO	4.713,9	100	4.107,7	100	14,8
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2013	A.V. %⁽¹⁾	2012	A.V. %⁽¹⁾	Variação % 2012/2013
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.651,5	35,0	1.326,3	32,3	24,5
Empréstimos e financiamentos	425,2	9,0	317,2	7,7	34,1
Salários, férias e encargos sociais	166,6	3,5	138,3	3,4	20,5
Tributos a recolher	41,7	0,9	47,8	1,2	(12,8)
Partes relacionadas	73,6	1,6	51,1	1,2	44,0
Tributos parcelados	8,3	0,2	9,1	0,2	(9,2)
Receita diferida	36,7	0,8	37,1	0,9	(1,0)
Dividendos a pagar	16,2	0,3	-	-	-
Outras contas a pagar	107,7	2,3	80,9	2,0	33,1
Total de passivo circulante	2.527,6	53,6	2.007,9	48,9	25,9
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	895,1	19,0	918,8	22,4	(2,6)
Impostos parcelados	-	-	1,8	0,0	(100,0)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	245,9	5,2	187,6	4,6	31,1
Receita diferida	349,2	7,4	375,2	9,1	(6,9)
Outras contas a pagar	1,5	-	0,6	0,0	148,1
Total de passivo não circulante	1.491,7	31,6	1.483,9	36,1	0,5
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	606,5	12,9	606,5	14,8	-
Reserva de capital	5,6	0,1	2,8	0,1	100,0
Ações em tesouraria	(20,1)	(0,4)	-	-	-
Reserva legal	9,7	0,2	4,0	0,1	141,4



magazineluiza
vem ser feliz



Reserva de retenção de lucros	94,5	2,0	2,6	0,1	3.588,3
Outros resultados abrangentes	(1,6)	(0,0)	0,1	0,0	(2.129,6)
Total do patrimônio líquido	694,6	14,7	616,0	15,0	12,8
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.713,9	100,0	4.107,7	100,0	14,8

(1) Percentual do total do ativo.

(2) Percentual do total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 20,7%, ou R\$501,4 milhões, passando de R\$2.420,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$2.922,0 milhões em 31 de dezembro de 2013. O ativo circulante representava 58,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2012 e 62,0% em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de 33,1%, ou R\$138,6 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$418,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$280,3 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução decorreu, principalmente, da aplicação de recursos em títulos e valores mobiliários, conforme descrito abaixo;

(ii) aumento de 288,7%, ou R\$364,9 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$126,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$491,3 milhões em 31 de dezembro de 2013. O aumento das aplicações está relacionado ao aumento da posição em ativos líquidos para constituição do caixa mínimo para elevar a liquidez da Companhia.

(iii) aumento de 9,1%, ou R\$44,1 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$486,5 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$530,6 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das operações de vendas da empresa, principalmente, pelo aumento dos contratos de garantia complementar que, são intermediados pela Companhia para a Luizaseg e pelo aumento das contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela própria Companhia.

(iv) aumento de 17,1%, ou R\$182,6 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$1.068,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$1.251,4 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento decorreu, principalmente, da necessidade de aumentar os estoques para suportar o crescimento nas vendas e melhorar a disponibilidade de produtos para os clientes;

(v) aumento de 47,9%, ou R\$35,3 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$73,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$108,9 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento decorreu, principalmente, do maior saldo a receber pelas vendas por cartões de crédito e CDC da nossa coligada em conjunto Luizacred, do maior saldo a receber de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias complementares através Luizaseg e dividendos propostos;

(vi) aumento de 4,8%, ou R\$10,1 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$208,5 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$218,6 milhões em 31 de dezembro de 2013.



magazineluiza
vem ser feliz



Esse aumento refere-se, principalmente, à contabilização no exercício dos créditos acumulados de ICMS por substituição tributária a recuperar; e

(vii) aumento de 7,9%, ou R\$3,0 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$38,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$41,0 milhões em 31 de dezembro de 2013. Não tivemos variações significativas nessa conta.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 6,2%, ou R\$104,7 milhões, passando de R\$1.687,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$1.791,9 milhões em 31 de dezembro de 2013. O ativo não circulante representava 41,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2012 e 38,0% em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

(i) aumento de 1.076,6%, ou R\$4,3 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$0,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$4,7 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das vendas e, conseqüentemente, das vendas financiadas a clientes;

(ii) redução de 6,0%, ou R\$8,9 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$148,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$139,4 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação decorreu, principalmente, da realização do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, de acordo com os resultados do exercício;

(iii) aumento de 15,6%, ou R\$21,4 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$137,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$158,8 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento refere-se, principalmente, à contabilização no exercício dos créditos acumulados de ICMS por substituição tributária a recuperar;

(iv) aumento de 31,5%, ou R\$40,7 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$129,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$170,1 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento refere-se às contestações de débitos que estão em discussão judicial pelos nossos assessores jurídicos;

(v) aumento de 14,8%, ou R\$5,8 milhões, no saldo da conta de outros ativos, que passou de R\$39,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$45,4 milhões em 31 de dezembro de 2013. Não tivemos variações significativas nessa conta;

(vi) aumento de 12,9%, ou R\$28,9 milhões, no saldo da conta investimentos em controladas, que passou de R\$222,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$251,7 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento justifica-se, principalmente, pelo aumento das equivalências patrimoniais das empresas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg, refletindo o resultado de tais operações no exercício;



magazineluiza
vem ser feliz



(vii) redução de 5,8%, ou R\$33,5 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$574,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$540,4 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução reflete, principalmente, a venda pela Companhia de sua participação de 76,7% no centro de distribuição localizado em Louveira (SP) ao Fundo FII Kinea; e

(viii) aumento de 10,6%, ou R\$46,0 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$435,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$481,4 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação está relacionada, principalmente, com o aumento do saldo referente ao ágio decorrente da aquisição de novas redes de lojas proveniente do processo de incorporação das empresas adquiridas pela Companhia.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 25,9%, ou R\$519,7 milhões, passando de R\$2.007,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$2.527,6 milhões em 31 de dezembro de 2013. O passivo circulante representava 48,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 53,6% em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 24,5%, ou R\$325,2 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$1.326,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$1.651,5 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação decorreu da necessidade de aumentar os estoques, conforme explicado acima, bem como do aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores;

(ii) aumento de 34,1%, ou R\$108,0 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$317,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$425,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento decorreu da maior necessidade de capital de giro devido ao crescimento da operação da Companhia no ano;

(iii) aumento de 20,5%, ou R\$28,3 milhões, no saldo de salário, férias e encargos sociais, que passou de R\$138,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$166,6 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação está relacionada aos ajustes de folha de pagamento no ano, bem como do provisionamento de férias e PLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados);

(iv) redução de 12,8%, ou R\$6,1 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$47,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$41,7 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução refere-se, principalmente, ao excesso de crédito de PIS/COFINS, que fez com que o valor a recolher deste tributo fosse nulo no encerramento do exercício;

(v) aumento de 44,0%, ou R\$22,5 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$51,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$73,6 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação justifica-se principalmente pelo aumento dos repasses de garantias estendidas vendidas através da Luizaseg;



(vi) redução de 9,2%, ou R\$0,8 milhão, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$9,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$8,3 milhões em 31 de dezembro de 2013. Não tivemos variações significativas nessa conta;

(vii) redução de 1,0%, ou R\$0,4 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$37,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$36,7 milhões em 31 de dezembro de 2013. Não tivemos variações significativas nessa conta;

(viii) aumento de R\$16,2 milhões no saldo da dividendos a pagar, que passou de zero em 31 de dezembro de 2012, para R\$16,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação reflete o provisionamento de dividendos propostos a pagar; e

(ix) aumento de 33,1%, ou R\$26,8 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$80,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$107,7 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento está relacionado, principalmente, ao saldo a pagar pela aquisição da Época Cosméticos, no valor de R\$ 12,0 milhões, bem como pelos itens vendidos porém ainda não entregues aos nossos consumidores finais, no valor de R\$ 10,7 milhões.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou em 0,5%, ou R\$7,8 milhões, passando de R\$1.483,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$1.491,7 milhões em 31 de dezembro de 2013. O passivo não circulante representava 36,1% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e 31,6% em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de 2,6%, ou R\$23,7 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$918,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$895,1 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução deveu-se ao pagamento de empréstimos e financiamentos da Companhia;

(ii) redução de 100,0%, ou R\$1,8 milhão, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$1,8 milhão em 31 de dezembro de 2012, para zero em 31 de dezembro de 2013. Essa redução decorreu do pagamento dos impostos no exercício;

(iii) aumento de 31,1%, ou R\$58,3 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$187,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$245,9 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação decorreu de novas adições e reversões de provisões baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais;

(iv) redução de 6,9%, ou R\$25,9 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R\$375,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$349,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação deve-se às apropriações relativas de receitas diferidas ao resultado, pelo prazo de nossos contratos diferidos

(v) aumento de 148,1%, ou R\$0,9 milhão, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2012, para R\$1,5 milhão em 31 de dezembro de 2013.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido apresentou aumento de 12,8%, ou R\$78,6 milhões, passando de R\$616,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$694,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, devido ao resultado líquido do exercício. O patrimônio líquido representava 15,0% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 14,7% em 31 de dezembro de 2013.



BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2012 comparado a 31 de dezembro de 2011.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação % 2011/2012
	2012	A.V. % ⁽¹⁾	2011	A.V. % ⁰	
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	418,9	10,2	169,3	4,8	147,4
Títulos e valores mobiliários	126,4	3,1	26,9	0,8	370,3
Contas a receber	486,5	11,8	499,0	14,2	(2,5)
Estoques	1.068,8	26,0	1.264,7	36,1	(15,5)
Partes relacionadas	73,6	1,8	97,4	2,8	(24,4)
Impostos a recuperar	208,5	5,1	21,4	0,6	875,9
Outros ativos	38,0	0,9	35,0	1,0	8,3
Total dos ativos circulantes	2.420,6	58,9	2.113,6	60,3	14,5
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	0,4	0,0	5,9	0,2	(93,2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	148,3	3,6	127,0	3,6	16,8
Outros ativos	306,3	7,5	136,7	3,9	124,1
Investimentos em controladas	222,9	5,4	189,9	5,4	17,4
Imobilizado	574,0	14,0	488,4	13,9	17,5
Intangível	435,3	10,6	442,9	12,6	(1,7)
Total dos ativos não circulantes	1.687,2	41,1	1.390,7	39,7	21,3
TOTAL DO ATIVO	4.107,7	100	3.504,2	100,0	17,2

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação % 2011/2012
	2012	A.V. % ⁽¹⁾	2011	A.V. % ⁽²⁾	
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.326,3	32,3	1.266,7	36,1	4,7
Empréstimos e financiamentos	317,2	7,7	129,7	3,7	144,6
Salários, férias e encargos sociais	138,3	3,4	121,2	3,5	14,1
Tributos a recolher	47,8	1,2	34,6	1,0	38,0
Partes relacionadas	51,1	1,2	45,8	1,3	11,7
Tributos parcelados	9,1	0,2	2,9	0,1	214,8
Receita diferida	37,1	0,9	29,6	0,8	25,3
Dividendos a pagar	-	-	1,7	0,0	(100,0)
Outras contas a pagar	80,9	2,0	91,8	2,6	(11,8)
Total de passivo circulante	2.007,9	48,9	1.724,0	49,2	16,5
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	918,8	22,4	581,7	16,6	57,9
Impostos parcelados	1,8	0,0	4,4	0,1	(59,5)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	187,6	4,6	167,2	4,8	12,2
Receita diferida	375,2	9,1	388,5	11,1	(3,4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	10,7	0,3	(100,0)
Outras contas a pagar	0,6	0,0	6,9	0,2	(91,0)
Total de passivo não circulante	1.483,9	36,1	1.159,3	33,1	28,0
Total dos passivos	3.491,8	85,0	2.883,3	82,3	21,1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	606,5	14,8	606,5	17,3	0,0
Reserva de Capital	2,8	0,1	-	-	-
Reserva legal	4,0	0,1	4,0	0,1	0,0



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Reserva de retenção de lucros	2,6	0,1	10,4	0,3	(75,4)
Outros resultados abrangentes	0,1	0,0	-	-	-
Total do patrimônio líquido	616,0	15,0	620,9	17,7	(0,8)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.107,7	100	3.504,2	100,0	17,2

(1) Percentual do total do ativo.

(2) Percentual do total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 14,5%, ou R\$307,0 milhões, passando de R\$2.113,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$2.420,6 milhões em 31 de dezembro de 2012. O ativo circulante representava 60,3% do total do ativo em 31 de dezembro de 2011 e 58,9% em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 147,4%, ou R\$249,6 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$169,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$418,9 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu do aumento de caixa mínimo para elevar a liquidez da Companhia;
- (ii) aumento de 370,3%, ou R\$99,5 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$26,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$126,4 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento das aplicações também está relacionado ao aumento da posição em ativos líquidos para constituição do caixa mínimo, conforme explicado acima;
- (iii) redução de 2,5%, ou R\$12,5 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$499,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$486,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento do saldo de recebíveis de cartões de terceiros antecipados na forma de desconto de recebíveis;
- (iv) redução de 15,5%, ou R\$195,9 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$1.264,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$1.068,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução decorreu da melhoria dos giros de estoques e da contabilização dos créditos acumulados de ICMS por substituição tributária a recuperar, no valor de R\$281,2 milhões, na linha de impostos a recuperar, sendo R\$152,0 milhões contabilizados no ativo circulante e R\$129,2 milhões no ativo não circulante;
- (v) redução de 24,4%, ou R\$23,7 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$97,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$73,6 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução decorreu, principalmente, do menor saldo a receber pelas vendas por cartões de crédito da nossa coligada em conjunto Luizacred;
- (vi) aumento de 875,9%, ou R\$187,1 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$21,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$208,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. Conforme explicado acima, esse aumento refere-se, principalmente, à contabilização dos



magazineluiza
vem ser feliz



créditos acumulados de ICMS por substituição tributária a recuperar no valor de R\$152,0 milhões no ativo circulante; e

(vii) aumento de 8,3%, ou R\$2,9 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$35,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$38,0 milhões em 31 de dezembro de 2012. Não tivemos variações significativas nessa conta.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 21,3%, ou R\$296,5 milhões, passando de R\$1.390,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$1.687,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. O ativo não circulante representava 39,7% do total do ativo em 31 de dezembro de 2011 e 41,1% em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

(i) redução de 93,2%, ou R\$5,5 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$5,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$0,4 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução justifica-se principalmente pela diminuição do prazo médio de recebimento a clientes;

(ii) aumento de 16,8%, ou R\$21,3 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$127,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$148,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento justifica-se, principalmente, pelo aumento das provisões temporários advindas da incorporação societária da Lojas Maia, bem pelo aumento do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social da Companhia;

(iii) aumento de 124,1%, ou R\$169,6 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$136,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$306,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento refere-se principalmente a depósitos judiciais e à transferência de impostos a recuperar do curto para o longo prazo;

(iv) aumento de R\$17,4%, ou R\$33,0 milhões, no saldo da conta investimentos em controladas em conjunto, que passou de R\$189,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$222,9 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento é decorrente dos resultados no exercício de nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg, direta ou indiretamente;

(v) aumento de 17,5%, ou R\$85,6 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$488,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$574,0 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento foi uma consequência de investimentos na inauguração de lojas novas, das reformas de lojas e da ampliação do centro de distribuição de Louveira; e

(vi) redução de 1,7%, ou R\$7,5 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$442,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$435,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação está relacionada com a amortização de fundo de comércio e fluxos de investimentos do período.



magazineluiza
vem ser feliz



Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 16,5%, ou R\$283,9 milhões, passando de R\$1.724,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$2.007,9 milhões em 31 de dezembro de 2012. O passivo circulante representava 49,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e 48,9% em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 4,7%, ou R\$59,6 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$1.266,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$1.326,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação decorreu da necessidade de aumentar os estoques para suportar o crescimento nas vendas e melhorar a disponibilidade de produtos no Nordeste e nas lojas recém adquiridas do Baú da Felicidade;
- (ii) aumento de 144,6%, ou R\$187,5 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$129,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$317,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu da maior necessidade de capital de giro devido ao crescimento da operação da Companhia no ano;
- (iii) aumento de 14,1%, ou R\$17,0 milhões, no saldo da conta salários, férias e encargos sociais, que passou de R\$121,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$138,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação está relacionada aos ajustes de folha de pagamento no ano, bem como do provisionamento de férias;
- (iv) aumento de 38,0%, ou R\$13,2 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$34,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$47,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação justifica-se pelo aumento nas provisões para pagamentos de impostos sobre vendas decorrentes do crescimento das vendas da Companhia;
- (v) aumento de 11,7%, ou R\$5,3 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$45,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$51,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento foi decorrente do crescimento de operações com campanhas publicitárias com uma de nossas partes relacionadas;
- (vi) aumento de 214,8%, ou R\$6,2 milhões, no saldo da conta tributos parcelados, que passou de R\$2,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$9,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu, principalmente, da adesão ao parcelamento de débitos de ICMS junto a Secretária Estadual do Estado do Paraná no exercício de 2012;
- (vii) aumento de 25,3%, ou R\$7,5 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$29,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$37,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação deve-se a redução relativa das apropriações de receitas diferidas ao resultado, pelo prazo de nossos contratos diferidos;
- (viii) redução de 100,0%, ou R\$1,7 milhão, na conta dividendos a pagar, que passou de R\$1,7 milhão em 31 de dezembro de 2011, para zero em 31 de dezembro de 2012; e



magazineluiza
vem ser feliz



(x) redução de 11,8%, ou R\$10,9 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$91,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$80,9 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução está relacionada às variações rotineiras de outras contas a pagar da operação da Companhia.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou 28,0%, ou R\$324,6 milhões, passando de R\$1.159,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$1.483,9 milhões em 31 de dezembro de 2012. O passivo não circulante representava 33,1% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e 36,1% em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 57,9%, ou R\$337,1 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$581,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$918,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Conforme explicado acima, o aumento da dívida decorreu da maior necessidade de capital de giro devido ao crescimento da operação da Companhia no ano;

(ii) redução de 59,5%, ou R\$2,6 milhões, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$1,8 milhão em 31 de dezembro de 2012. Essa redução decorreu do pagamento das parcelas relativas ao REFIS IV da Companhia (débitos inseridos no Programa de Recuperação Fiscal);

(iii) aumento de 12,2%, ou R\$20,4 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$167,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$187,6 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação decorreu de novas adições e reversões de provisões baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais;

(iv) redução de 3,4%, ou R\$13,3 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$388,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$375,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação deve-se a redução relativa das apropriações de receitas diferidas ao resultado, pelo prazo de nossos contratos diferidos;

(v) redução de 100,0%, ou R\$10,7 milhões, no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$10,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, para zero em 31 de dezembro de 2012. Essa redução justifica-se pela incorporação societária da Lojas Maia, especificamente à diferenças temporárias não mais existentes; e

(vi) redução de 91,0%, ou R\$6,3 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$6,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$0,6 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido reduziu 0,8%, ou R\$4,9 milhões, passando de R\$620,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$616,0 milhões em 31 de dezembro de 2012. O patrimônio líquido



magazineluiza
vem ser feliz

 **MGLU3**
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

representava 17,7% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e 15,0% em 31 de dezembro de 2012.



FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
(+) Lucro líquido (prejuízo) do exercício	113,8	(6,7)	11,7
(+) Ajustes para conciliar o resultado ao fluxo de caixa	172,3	207,3	171,1
(+) Aumento (redução) nos ativos operacionais	(391,9)	(181,5)	(527,7)
(+) Aumento (redução) nos passivos operacionais:	334,5	54,9	150,4
(= Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais ⁽¹⁾	228,7	73,9	(194,6)
(+) Aquisição/ Venda de imobilizado e intangível	59,3	(174,8)	(177,1)
(+) Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	6,0	50,0	48,0
(+) Investimento em controlada	(12,2)	(24,0)	(187,0)
(= Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimentos ⁽²⁾	53,2	(148,8)	(316,0)
(+) Aumento de capital, por oferta pública de ações	-	-	553,0
(+) Captação de empréstimos e financiamentos	411,6	745,7	182,8
(+) Pagamento de empréstimos e financiamentos	(346,4)	(227,7)	(273,1)
(+) Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(100,6)	(91,3)	(84,5)
(+) Aquisição de ações de emissão própria	(20,1)	-	-
(+) Pagamento de dividendos	-	(2,8)	-
(= Caixa oriundo das (aplicado nas) nas atividades financeiras ⁽³⁾	(55,5)	424,0	378,2
Aumento (Redução) do saldo de caixa ^{(1) + (2) + (3) = (4)}	226,3	349,1	(132,4)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	545,3	196,2	328,9
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	771,6	545,3	196,2



magazineluiza
vem ser feliz



Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais

Em 2011, o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$194,6 milhões, comparado às gerações líquidas de caixa pelas atividades operacionais de R\$73,9 milhões em 2012 e de R\$228,7 milhões em 2013. A aplicação do caixa nas operações, notadamente no exercício de 2011, foi decorrente do aumento na necessidade de capital de giro, devido, principalmente à aquisição das Lojas Maia e lojas do Baú.

Os principais passivos operacionais que financiam nossos ativos são fornecedores de mercadorias de revenda. Em 2011, o aumento dos nossos ativos circulantes operacionais em montante superior ao aumento nos nossos passivos circulantes operacionais decorreu, principalmente, da adequação de estoques nas lojas do Baú e nas Lojas Maia, bem como pelo crescimento da carteira do contas a receber em função do crescimento na receita bruta. Em 2012, essa variação também esteve relacionada ao aumento da carteira do contas a receber e ao aumento das posições de títulos e valores mobiliários. Em 2013, a geração pelas atividades operacionais deveu-se principalmente ao aumento da rentabilidade no exercício e ao aumento dos passivos operacionais, especialmente da conta de fornecedores.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

Em 2011, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$316,0 milhões, devido, principalmente, a aquisição de bens imobilizados e intangíveis, no valor de R\$177,1 milhões, o aditamento do contrato de associação da Luizacred para inclusão das lojas do Baú, no valor de R\$24,0 milhões, e o pagamento de R\$80,3 milhões pela aquisição das lojas do Baú. Em 2012, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$148,8 milhões, devido, principalmente, a aquisição de bens imobilizados e intangíveis, no valor de R\$174,8 milhões, e ao novo acordo operacional da Luizaseg, no valor de R\$65,0 milhões. Em 2013, o caixa líquido gerado pelas atividades de investimento foi de R\$53,2 milhões, devido, principalmente, a venda pela Companhia de sua participação de 76,7% no centro de distribuição localizado em Louveira (SP) ao Fundo FII Kinea, pelo valor de R\$205,5 milhões.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

Em 2011, o caixa das atividades de financiamento ficou positivo em R\$378,2 milhões, devido ao aumento de capital no montante de R\$553,0 milhões, líquido das captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos no valor de R\$174,8 milhões. Em 2012, o caixa proveniente das atividades de financiamento foi de R\$424,0 milhões, em função de captações de recursos no montante de R\$745,7 milhões, pagamentos de empréstimos e juros no montante de R\$319,0 milhões e distribuição de dividendos no valor de R\$2,8 milhões. Em 2013, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$55,5 milhões, em função de captações de recursos no montante de R\$411,6 milhões, pagamentos de empréstimos e juros no montante de R\$447,0 milhões e aquisição de ações de emissão da própria Companhia no valor de R\$20,1 milhões.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Varição no Saldo de Disponibilidades

O saldo de disponibilidades foi reduzido em R\$132,4 milhões, em 2011, devido a maior necessidade de capital de giro e maior nível de investimentos, em partes compensados pelo aumento de capital provenientes dos recursos captados na Oferta de Ações. Em 2012, o saldo de disponibilidades avançou em R\$349,1 milhões, devido ao aumento do caixa mínimo para elevar a liquidez da Companhia. E em 2013, o saldo de disponibilidades aumentou em R\$226,3 milhões, devido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais e à venda da participação da Companhia no centro de distribuição de Louveira.



magazineluiza
vem ser feliz



10.2. Resultados das operações e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrições de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias; (ii) operações de crédito; e (iii) prestações de serviços.

As receitas de revenda de mercadorias são realizadas por todas as nossas lojas. As receitas provenientes das operações de crédito são realizadas por nossa controlada em conjunto, Luizacred, e compreendem principalmente os juros cobrados nas operações de crédito direto ao consumidor (“CDC”), empréstimo pessoal e no nosso cartão de crédito. As receitas de prestação de serviços são realizadas por todas as nossas empresas e inclui a venda de garantias estendidas, diversos tipos de seguros, tarifas de cartões de crédito, taxa de administração de consórcio, além da prestação de serviços pelas operações de varejo para as suas controladas em conjunto e subsidiárias.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossas operações, principalmente de revenda de mercadorias, dependem sensivelmente das condições macroeconômicas, incluindo a inflação, o nível de emprego, a variação no rendimento real dos salários, o grau de confiança dos consumidores e a taxa de juros real.

A situação financeira e o resultado das nossas operações dependem das condições macroeconômicas, principalmente por fatores como: (i) o desenvolvimento econômico; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) o nível de juros básico; e (v) o nível de renda da população.

Em 2013, com a evolução destes indicadores, o volume de vendas do comércio varejista restrito apresentou crescimento de 4,3% segundo dados do IBGE. Apenas o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou crescimento de 4,9%, em relação ao ano de 2012. E mais uma vez a Companhia apresentou crescimento de vendas acima do mercado, ganhando *market share*.

É importante ressaltar que nos últimos anos, nosso setor de atuação vem crescendo acima do varejo como um todo. Considerando que a penetração dos nossos produtos na classe C ainda é muito baixa, o potencial de crescimento continua muito elevado para os próximos anos. Ao longo de mais de 50 anos de operação no varejo, nossa estratégia e atuação estiveram voltadas ao varejo de bens duráveis para a Classe Média, a classe social que mais cresce no Brasil, representando aproximadamente 109 milhões de pessoas, ou 54% da população total brasileira, conforme dados da Data Popular de 2014.

Apesar da desaceleração da economia nos dois últimos anos, a Companhia vem apresentando crescimento sustentável.

Nossa perspectiva, é que o varejo de bens duráveis para esta classe C é o segmento com um dos maiores potenciais de crescimento no setor de varejo para os próximos anos, em vista dos seguintes fatores: (i) as condições macroeconômicas no Brasil, combinadas com programas sociais de



transferência de renda, que são favoráveis ao crescimento da renda e do poder de compra deste segmento; (ii) a Classe C tem um perfil mais jovem, fazendo com que parte significativa destes consumidores esteja prestes a ingressar no mercado de trabalho e assim deverão se manter economicamente ativos por mais tempo, fenômeno também conhecido como “bônus demográfico”; (iii) a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C, o que gera demanda reprimida por tais bens; (iv) o crescente acesso da Classe C à Internet, o que possibilita um maior volume de compras por meios eletrônicos; (v) a queda da taxa de desemprego; e (vi) paralelamente a queda das taxas de juros e aumento da renda média do brasileiro. Fatores estes que tem estimulado o consumo das famílias.

b. Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem um ou mais setores em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros. Muitos produtos que comercializamos, especialmente nas linhas de eletro eletrônicos e informática, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços de nossos produtos. Por um lado, os produtos eletro eletrônicos estão cada vez mais baratos para nós e para nossos clientes, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala, decorrentes da produção de volumes maiores. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais atraentes para nossos consumidores, estimulando muitas vezes a compra de produtos mais caros e sofisticados.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

	31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Crescimento do PIB (%) ⁽¹⁾	2,3%	1,0%	2,7%
Inflação (IGP-M) (%) ⁽²⁾	5,5%	7,8%	5,1%
Inflação (IPCA) (%) ⁽³⁾	5,9%	5,8%	6,5%
CDI Médio ⁽¹⁾ (%) ⁽⁴⁾	8,0%	8,4%	11,7%
TJLP (%) ⁽⁵⁾	5,0%	5,8%	6,0%
Taxa SELIC Média (%) ⁽⁶⁾	8,4%	8,5%	11,7%



magazineluiza
vem ser feliz



Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	14,6%	8,9%	12,6%
Taxa de câmbio (fechamento) - R\$ por US\$1,00 ⁽⁷⁾	2,3	2,0	1,9
Taxa média de câmbio - R\$ por US\$1,00 ⁽⁸⁾	2,2	2,0	1,7

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

- (1) Fonte: Banco Central
- (2) Inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.
- (3) A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.
- (4) O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).
- (5) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).
- (6) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.
- (7) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.
- (8) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletro eletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. O custo das operações de crédito, oriundos das captações via depósitos inter-financeiros na Luizacred, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira e juros de empréstimos bancários.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios sociais.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- Aquisição das lojas do Baú da Felicidade

O Magazine Luiza concluiu em 29 de julho de 2011 a aquisição das ações da New-Utd Utilidades Domésticas S.A., empresa criada pelo Grupo Silvio Santos. A New-Utd tinha como ativos 121 lojas da rede de varejo Baú da Felicidade, localizadas nos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, os respectivos contratos de locação, móveis, equipamentos e instalações das lojas, bem como os sistemas de informática e a base de clientes. O valor final da aquisição foi de R\$80,3 milhões, integralmente pagos no dia 29 de julho de 2011. A Companhia concluiu o plano de transição das lojas do Baú, convertendo 35 lojas no formato virtual e 69 lojas no formato convencional. Adicionalmente, 4 lojas eram adjacentes às lojas existentes do Magazine Luiza e foram integradas, de forma que apenas 13 lojas foram alienadas.

A aquisição das Lojas do Baú teve principalmente dois objetivos estratégicos: (i) aumentar a presença nos estados de São Paulo e Paraná e (ii) expandir o canal virtual através da inauguração de mais de 30 lojas virtuais. A Companhia encerrou o ano de 2013 com 107 lojas virtuais, demonstrando o seu comprometimento em investir na multi-canalidade.

- Aquisição das Lojas Maia

Em 16 de julho de 2010, adquirimos por R\$98,3 milhões a sociedade F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia), que compreendia 136 lojas, espalhadas pelos nove Estados da região Nordeste do Brasil. A aquisição foi estratégica para a Companhia, que tinha como objetivo ingressar no mercado nordestino, cujos índices de crescimento são os maiores no país, bem como poderíamos aproveitar uma forte sinergia para estas unidades adquiridas, principalmente com relação à nossa estratégia comercial e de crédito.

Os primeiros resultados de nossos esforços de integração das Lojas Maia já se refletiram no seu faturamento, que cresceu 35,9%, ou R\$172,3 milhões, passando de R\$479,6 milhões no exercício social encerrado em 2009 para R\$651,9 milhões no exercício social encerrado em 2010, sendo que R\$328,0 milhões foram incorporados ao nosso faturamento consolidado, a partir de agosto de 2010.

Os passos seguintes da integração das Lojas Maia incluíram a reforma de diversas lojas, a mudança da marca para Magazine Luiza, a implementação de toda nossa política comercial, incluindo a gestão de estoques e nossa política de preços, e finalmente a integração completa dos sistemas de informação.

- Acordo de Associação Luizacred



magazineluiza
vem ser feliz



Em dezembro de 2010, celebramos com o Itaú Unibanco um aditivo ao Acordo de Associação da Luizacred, por meio do qual a nossa subsidiária pagou às Lojas Maia o montante de R\$160,0 milhões pelo direito de exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros. No início de 2011, conforme o mesmo aditivo, os sócios aumentaram o capital da Luizacred no mesmo montante, cabendo ao Magazine Luiza o aporte de R\$80,0 milhões. Esses recursos foram utilizados pela Luizacred para reduzir a captação via depósitos interfinanceiros, feita especificamente para o pagamento à Lojas Maia. A transação foi reconhecida contabilmente na Lojas Maia como receita diferida, e na Luizacred como ativo intangível, que serão amortizados ao longo de 19 anos.

Em 2011, celebramos com o Itaú Unibanco mais um aditivo ao Acordo de Associação da Luizacred, desta vez para contemplar as lojas adquiridas do Baú, por meio do qual a nossa subsidiária Luizacred pagou o montante de R\$48,0 milhões pelo direito de exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros nas suas lojas.

Em 25 de fevereiro de 2013, assinamos um aditivo ao acordo de associação da Luizacred para transferir as atividades de gestão e emissão do cartão de crédito co-branded (Cartão Luiza), bem como seus ativos e passivos correspondentes, para o Itaú Unibanco. O Magazine Luiza e o Itaú Unibanco, parceiros na joint venture Luizacred desde 2001, acordaram que o Magazine Luiza continuará recebendo 50% dos resultados da Luizacred por meio de equivalência patrimonial e 50% do cartão co-branded por meio de participação sobre os resultados (“profit sharing”). O crédito direto ao consumidor (CDC) e os empréstimos pessoais continuarão sendo executados pela Luizacred dentro do acordo existente com o Itaú Unibanco. Este aditivo também mantém os princípios gerais de governança da Luizacred e do Cartão Luiza, bem como seu direito de exclusividade até 2029.

- Acordo de Associação Luizaseg

Em 21 de junho de 2012, firmamos um novo acordo operacional (“Novo Acordo”) com a Cardif do Brasil, visando à continuidade dos direitos e obrigações previstos no acordo operacional celebrado entre a Companhia e a Cardif em 13 de dezembro de 2005 (“Acordo Operacional”). O Novo Acordo deve vigorar até 31 de dezembro de 2015 e altera alguns termos e condições do Acordo Operacional.

A título de esclarecimento, o Magazine Luiza e a Cardif celebraram o Acordo Operacional, tendo por objeto o desenvolvimento, comércio e administração de qualquer tipo de produto de seguro vendido no Brasil nos estabelecimentos, portais na internet e central de vendas por telefone operadas pelo Magazine Luiza, incluindo, porém não limitado a, seguro do credor sobre créditos ao consumidor (morte, invalidez, incapacidade física e desemprego), proteção individual vendida através de telemarketing ou diretamente nos estabelecimentos comerciais do Magazine Luiza, proteção em grupo vendida aos funcionários do Magazine Luiza, excetuando-se produtos de seguro relacionados a empréstimos pessoais e garantias estendidas.



magazineluiza
vem ser feliz



Como decorrência do Novo Acordo e em contrapartida a referida contratação da Cardif com exclusividade pelo Magazine Luiza e pela Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Luizacred"), nos termos do Novo Acordo, a Cardif pagou ao Magazine Luiza montante de R\$80,0 milhões, sendo que desse montante, R\$30,0 milhões foram repassados pelo Magazine Luiza à Luizacred. Parte dos valores recebidos pelo Magazine Luiza e pela Luizacred (correspondentes a R\$ 15,0 milhões para cada sociedade) estão vinculados ao desempenho futuro de venda de produtos de seguro pelo Magazine Luiza.

Adicionalmente, caso determinadas metas de vendas de produtos de seguro sejam superadas, o Magazine Luiza poderá receber um valor de até R\$ 40,0 milhões a partir do final de 2013.

Além dos montantes referidos acima, a Cardif continua a efetuar os pagamentos mensais de comissões ao Magazine Luiza e à Luizacred pela distribuição de seus produtos.

- Aquisição da Época Cosméticos

Em 15 de agosto de 2013, o Magazine Luiza celebrou, na qualidade de compradora, o Contrato de Compra de Quotas e Outras Avenças ("Contrato") com os sócios ("Vendedores") da Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda ("Campos Floridos", também conhecida como "Época Cosméticos"), o qual estabeleceu os termos e condições para a aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social da Campos Floridos ("Operação"). O Contrato estabeleceu o preço fixo de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais) e parcela variável de até R\$ 12.000.000 (doze milhões de reais).

A parcela fixa do preço foi paga em 02 de outubro de 2013, enquanto a parcela variável deverá ser paga da seguinte forma: (i) a primeira parcela, no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), será paga na data do primeiro aniversário da data de fechamento; e (ii) a segunda parcela, no valor de até R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), será paga no segundo aniversário da data de fechamento; sendo que ambas as parcelas estão sujeitas ao cumprimento de determinadas condições previstas no Contrato.

A Campos Floridos é detentora do site "www.epocacosmeticos.com.br", especializada na venda online de produtos de beleza. A Operação reforça a estratégia de expansão e consolidação da operação de *e-commerce* do Magazine Luiza em um segmento que tem margens atrativas, cresce expressivamente no Brasil e traz fluxo de clientes para o site dado o ticket médio mais baixo e a maior taxa de recompra. Além disso, representa uma oportunidade de aumento do número de produtos que podem ser vendidos em outros canais, como o *magazinevocê*. A Época Cosméticos é parceira do Magazine Luiza há dois anos através do *marketplace*, o que possibilitou que o último ganhasse expertise no mercado de cosméticos, comprovando seu potencial de crescimento.



magazineluiza
vem ser feliz



c. *Eventos ou operações não usuais*

- Venda da participação no Centro de Distribuição

Em 27 de junho de 2013, o Magazine Luiza celebrou um contrato de venda da sua participação de 76,7% no centro de distribuição localizado no município de Louveira (SP) com o Fundo Kinea Renda Imobiliária Fundo de Investimento Imobiliário – FII (“FII Kinea”), pelo valor de R\$ 205,5 milhões, sendo que 90% desse valor foram pagos naquela mesma data e os restantes 10% ficarão retidos numa conta vinculada até o cumprimento de certas condições precedentes. A Companhia continuará utilizando este centro de distribuição, mediante contrato de locação assinado, naquela data, com prazo de 10 anos, renovável por demais períodos, conforme legislação aplicável. O principal objetivo do Magazine Luiza com essa transação é concentrar investimentos no negócio principal (a saber, varejo de lojas físicas, virtuais e o e-commerce), reduzindo ativos imobiliários, aumentando o retorno para os acionistas e reafirmando seu compromisso com a continuidade do crescimento da Companhia. A título de esclarecimento, a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (“MTG”), sociedade pertencente ao grupo controlador da Companhia, continua detentora de sua participação de 23,3% do centro de distribuição de Louveira.

- Abertura do Programa de Recompra

Em 18 de setembro de 2013, Conselho de Administração do Magazine Luiza aprovou a abertura de um programa de recompra de ações de sua própria emissão, de acordo com as seguintes condições:

Objetivo: a Companhia fará a aquisição de ações de própria emissão, sem redução do capital social, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações da Companhia decorrente do plano de opções de ações dirigido a executivos da Companhia. A aquisição será realizada em Bolsa de Valores, a preço de mercado, cabendo à Diretoria Executiva decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável;

Quantidade de ações a serem adquiridas: poderão ser adquiridas até 5.000.000 ações ordinárias, equivalentes, nesta data, a 2,68% das ações totais emitidas pela Companhia e a 8,37% das ações em circulação da Companhia;

Prazo do programa: o prazo máximo para aquisição das referidas ações é de 365 dias contados desta data, encerrando-se em 18 de setembro de 2014;

Quantidade de ações em circulação: de acordo com o conceito estabelecido no artigo 5º da Instrução CVM nº10/80, existem em circulação no mercado 56.982.934 ações ordinárias;

Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: as operações de aquisições dessas ações serão intermediadas pelas seguintes corretoras: a) Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na



magazineluiza
vem ser feliz



Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; b) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; e c) Merrill Lynch, Av. Brigadeiro Faria Lima 3400, 16º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132.

10.4. Os diretores devem comentar sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Elaboramos as nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – “IFRS”) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – “IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras individuais da controladora de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão substancialmente convergidas às IFRS, uma vez que estes pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com as IFRS. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

No último exercício, a Companhia efetuou a adoção do IFRS 11 e CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, sobre as participações em joint ventures.

De acordo com a aplicação do CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (anterior à transição para o IFRS 11 e CPC 19 (R2)), a participação da Companhia nos ativos, passivos, receitas e despesas na Luizacred e Luizaseg, ambas classificadas como joint ventures, era apresentada utilizando-se a consolidação proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas. Com a adoção do IFRS 11 e CPC 19 (R2), a Companhia foi requerida a apresentar a participação em empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, retrospectivamente com a rerepresentação das informações para o período imediatamente anterior (2012).



b. *Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

Os efeitos da aplicação do IFRS 11 e CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, serão demonstrados abaixo:

Impacto no balanço patrimonial	Consolidado	Consolidado
	2012	01/01/2012
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(4.249)	(3.835)
Diminuição nos títulos e valores mobiliários	(48.842)	(48.081)
Diminuição no contas a receber	(1.618.005)	(1.428.850)
Aumento em partes relacionadas	38.084	54.767
Diminuição em tributos a recuperar	(6.268)	(3.243)
Diminuição de outros ativos	(10.112)	(24.321)
Diminuição do ativo circulante	(1.649.392)	(1.453.563)
Diminuição em títulos e valores mobiliários	(59.255)	(43.267)
Diminuição de contas a receber	(1.373)	(3.549)
Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(53.429)	(51.919)
Diminuição de tributos a recuperar	(1.044)	-
Diminuição (aumento) de depósitos judiciais	(8.444)	19
Diminuição de outros ativos	(340)	(3.127)
Aumento de investimento em controladas em conjunto	222.894	189.888
Diminuição de imobilizado	(1.228)	(1.567)
Diminuição de intangível	(5.400)	(6.045)
Aumento do ativo não circulante	92.381	80.433
Diminuição de fornecedores	(1.845)	(1.066)
Diminuição de depósitos interfinanceiros	(990.021)	(981.478)
Diminuição de operações com cartões de crédito	(566.664)	(436.130)
Diminuição de salários, férias e encargos sociais	(1.282)	(385)
Diminuição de tributos a recolher	(32.374)	(14.693)
Aumento de partes relacionadas	25.302	20.278
Aumento de receita diferida	5.544	5.531
Diminuição de provisões técnicas de seguros	(34.140)	(32.464)
Diminuição de outras contas a pagar	(3.673)	(2.774)
Diminuição do passivo circulante	(1.599.153)	(1.443.181)
Diminuição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(11.649)	(6.228)
Diminuição de provisões técnicas de seguros	(27.353)	(17.853)
Aumento de receita diferida	81.144	94.204
Diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(72)
Aumento do passivo não circulante	42.142	70.051



magazineluiza
vem ser feliz



Efeito no patrimônio líquido

- -

Impacto na demonstração do resultado	Consolidado 2012
Diminuição na receita líquida de vendas	(598.342)
Diminuição no custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e captações para operações financeiras	88.793
Diminuição do lucro bruto	(509.549)
Diminuição das despesas com vendas e gerais e administrativas	193.158
Diminuição das perdas com créditos de liquidação duvidosa	315.048
Diminuição na depreciação e amortização	1.089
Aumento no resultado de equivalência patrimonial	18.012
Aumento de outras receitas operacionais, líquidas	448
Diminuição de despesas operacionais	527.755
Diminuição do resultado financeiro	(31.509)
Aumento do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13.303
Efeito líquido na demonstração do resultado	-

Impacto na demonstração do fluxo de caixa	Consolidado 2012
Diminuição na despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	(13.303)
Diminuição na depreciação e amortização	(1.089)
Diminuição na equivalência patrimonial	(18.012)
Diminuição na movimentação da provisão para perdas em ativos	(301.394)
Diminuição na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(14.558)
Aumento na apropriação da receita diferida	1.953
Aumento no fluxo de caixa dos ativos operacionais	510.458
Diminuição no fluxo de caixa dos passivos operacionais	(149.500)
Aumento na variação imposto de renda e contribuição social pagos	13.755
Aumento na variação recebimento de dividendos de controladas	10.172
Aumento no fluxo de caixa das atividades operacionais	38.482



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Aumento no fluxo de caixa de aquisição de ativo imobilizado	79
Aumento no fluxo de caixa de aquisição de ativo intangível	25
Diminuição no fluxo de caixa de investimento em controlada	(24.000)
Diminuição no fluxo de caixa de venda de contrato de exclusividade	(15.000)
Diminuição no fluxo de caixa das atividades de investimento	(38.896)
Diminuição no fluxo de caixa total	(414)

	Consolidado
	2012

Impacto na demonstração dos valores adicionados	
Diminuição na venda de mercadorias, produtos e serviços	(598.343)
Diminuição na provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	315.048
Diminuição nas outras receitas operacionais	(36.277)
Diminuição de receitas	(319.572)

Diminuição nos custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	88.809
Diminuição nos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	176.555
Diminuição de insumos adquiridos de terceiros	265.364

Aumento da depreciação e amortização	1.089
Aumento do resultado de equivalência patrimonial	18.012
Diminuição das receitas financeiras	(7.918)

Efeito líquido na demonstração dos valores adicionados	(43.025)
---	-----------------

Diminuição na remuneração direta	(4.013)
Diminuição de benefícios	(1.226)
Diminuição FGTS	(179)
Diminuição de pessoal e encargos	(5.418)

Diminuição nos federais	(54.771)
Diminuição nos municipais	(5.284)
Diminuição de impostos, taxas e contribuições	(60.055)

Aumento de juros	23.590
Diminuição de aluguéis	(999)
Diminuição de outras	(143)
Aumento de remuneração de capital de terceiros	22.448



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Efeito líquido na demonstração dos valores adicionados

(43.025)

c. *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

O Auditor independente emitiu seu relatório com parágrafos de ênfases:

- (a) Quanto à preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

- (b) Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro).

A opinião dos auditores independentes não é ressalvada em função deste assunto.



magazineluiza
vem ser feliz



10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos posteriores se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, resumimos as principais práticas contábeis, conforme a opinião de nossos administradores.

Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, quando transferimos ao comprador os riscos e os benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; não existe envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para nós; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. As devoluções e descontos podem divergir de nossas estimativas impactando o resultado.

Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou de curto prazos, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e expectativas do ativo em suas datas originais.

Instrumentos financeiros derivativos

Possuímos diversos instrumentos financeiros derivativos para gerenciar e proteger com efetividade nossa exposição ao risco de variação cambial, representado basicamente por taxa de juros e “swap” de moedas.



magazineluiza
vem ser feliz



Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, são avaliados ao seu valor justo no final de cada exercício ou período de relatório. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, pois os mesmos não são designados como instrumento efetivo de “hedge”.

Provisão para créditos de liquidação de duvidosa

O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo para cada unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. O valor da perda, se aplicável, é registrado como redutora do ativo. A determinação do fluxo de caixa descontado envolve estimativas e suposições efetuadas pela Administração.

Reduções ao valor recuperável do ágio

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir. Na alienação ou baixa de uma subsidiária, o respectivo ágio é incluído na determinação do lucro ou perda da operação.

Provisões contingentes adquiridas em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes conhecidos e adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição.

Na determinação do valor justo dos passivos contingentes, utilizamos certos julgamentos e estimativas e o resultado atual dos passivos contingentes podem ser diferentes de nossa estimativa.



magazineluiza
vem ser feliz



Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Somos parte de diversas autuações, reclamações e processos administrativos. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas autuações e processos administrativos são determinados com base na opinião legal de nossos assessores jurídicos e de acordo com a avaliação da Administração na data base de cada balanço patrimonial, para os riscos considerados como prováveis de perda. A probabilidade de perda é acessada com base em evidências disponíveis, a hierarquia de leis, jurisprudências e decisões mais recentes dos tribunais, e sua relevância com o sistema legal, e a avaliação efetuada por nossos assessores jurídicos terceirizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício ou período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração da base tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sendo calculados em cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos (exceto para combinação de negócios) em uma transação que não afete a base tributável ou o lucro contábil.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício ou período de relatório e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Preparamos projeções futuras de lucro, as quais são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o objetivo de mensurar o potencial de geração de lucro tributável futuro que suporte a realização do imposto de renda e contribuição social registrados em nossas demonstrações financeiras. Na preparação de tais projeções utilizamos várias premissas e julgamentos.



magazineluiza
vem ser feliz



Vida útil de ativos de longa duração

Reconhecemos a depreciação dos ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais de cada unidade podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação de seu custo.

Provisão para perdas dos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico. A esta análise também é ponderada a relação de itens tidos como obsoletos e ainda a realização de mercadorias encaminhadas à assistência técnica.

Provisão para desvalorização dos estoques

A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado. A esta análise também é ponderada a relação de itens tidos como obsoletos e ainda a realização de mercadorias encaminhadas à assistência técnica.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Nossa Administração é responsável por estabelecer, manter e monitorar a efetividade dos controles internos sobre a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Tais controles têm por objetivo proporcionar razoável segurança quanto ao processo de preparação e de divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis no Brasil, e condizentes com as normas expedidas pelos órgãos reguladores.

Em decorrência de limitações inerentes, os controles internos relativos às Demonstrações Financeiras podem não impedir ou identificar tempestivamente a ocorrência de erros significativos ou inexatidão das informações.

Adicionalmente, projeções sobre a sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que tais controles possam se tornar inadequados devido a mudanças de diversas ordens tais como econômica, normativa, de políticas internas, de negócio dentre outras.



magazineluiza
vem ser feliz



A Administração efetuou a avaliação acerca destes controles internos relativos à preparação as demonstrações financeiras, os quais foram considerados adequados, de acordo com os aspectos citados.

(b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor Independente

Nosso auditor independente realiza os seus trabalhos com o objetivo de emitir uma opinião sobre a elaboração e a adequação das nossas demonstrações financeiras e, portanto, estes trabalhos não tiveram o objetivo de opinar sobre a efetividade dos nossos controles internos. No entanto, exclusivamente com o objetivo de estabelecer a natureza, época e extensão dos seus trabalhos de auditorias em nossas demonstrações financeiras, nosso auditor independente identificou alguns pontos de melhorias em nossos controles internos que não tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras, para os quais foi emitida uma carta de recomendações. A nossa Administração entende que estes pontos de melhoria identificados não são relevantes para o nosso processo de preparação e divulgação das nossas demonstrações financeiras e possui um plano para a sua remediação.

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

No dia 02 de maio de 2011, o Magazine Luiza deu mais um passo muito importante em sua trajetória de crescimento, realizando sua oferta pública inicial de ações (IPO). A Companhia listou suas ações no Novo Mercado da BM&FBovespa e mantém o firme compromisso de operar de acordo com as melhores práticas de governança corporativa.

O valor bruto total obtido com a Oferta de Ações foi de R\$886,4 milhões, sendo R\$583,9 milhões na distribuição primária e R\$302,5 milhões na distribuição secundária. O aumento de capital, líquido das despesas da Oferta, totalizou R\$563,5 milhões.

Os recursos captados foram destinados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição, sendo distribuída da seguinte forma: (i) 30% em reforço de capital de giro e redução de endividamento, principalmente em relação ao reforço de capital de giro nas Lojas Maia e lojas do Baú; (ii) 30% investidos na aquisição das 100 lojas do Baú e aberturas de 18 novas lojas no Magazine Luiza e outras 6 lojas na região Nordeste; (iii) 20% investidos em reformas de 50 lojas do Magazine Luiza, 39 lojas no Nordeste e 35 lojas do Baú; e (iv) 20% investidos em tecnologia e logística, alocados principalmente na ampliação do depósito de Louveira, criação do *cross-docking* em Guarulhos e investimento na frota própria de veículos para a Grande São Paulo.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.



magazineluiza
vem ser feliz



Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição.

c. *Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios*

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. *Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (off balance sheet itens), tais como:*

- i. *arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;*
- ii. *carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;*
- iii. *contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iv. *contratos de construção não terminada; e*
- v. *contratos de recebimentos futuros de financiamentos.*

b. *Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.*

Não detemos outros itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

10.9. Com relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. *Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. *Natureza e o propósito da operação*

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

c. *Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.*



magazineluiza
vem ser feliz



Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em ativo imobilizado e intangível saíram de R\$174,8 milhões em 2012 para R\$146,1 milhões em 2013. Esses investimentos incluem reformas de lojas existentes, bem como investimentos em tecnologia, logística e lojas novas. Em 2013, inauguramos organicamente 17 lojas novas e desativamos 16 lojas existentes.

Em 2014, a Companhia deverá continuar investindo em aberturas de novas lojas, reformas de lojas existentes e em projetos de infraestrutura, notadamente logística e tecnologia. Os investimentos totais planejados para o ano estão orçados em até R\$150,0 milhões, considerando a abertura de até 40 novas lojas.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Nossos investimentos são suportados principalmente pela nossa geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não temos desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realizá-los.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Segundo os nossos Diretores, não foram adquiridas quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável, vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e,

Não aplicável, vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há.



ANEXO III

Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da IN/CVM 480

12.6. Em relação a cada um dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, indicar, em forma de tabela: nome, idade, profissão, CPF ou número do passaporte, cargo eletivo ocupado, data de eleição, data da posse, prazo do mandato, outros cargos ou funções exercidos no emissor, indicação se foi eleito pelo controlador ou não;

12.6.1. Conselho de Administração

	Joaquim Francisco de Castro Neto	Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Onofre de Paula Trajano
Idade	69	65	77
Profissão	Administrador	Empresária	Advogado e Empresário
CPF	026.491.797-91	052.571.868-02	026.538.268-87
Cargo	Conselheiro Independente	Conselheiro	Conselheiro
Data de Eleição	17/04/2014	17/04/2014	17/04/2014
Data da Posse	Em até 30 dias da data da eleição.	Em até 30 dias da data da eleição.	Em até 30 dias da data da eleição.
Prazo do Mandato	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.
Outros Cargos	-	-	-
Eleito por Controlador	Sim	Sim	Sim
	José Antônio Palamoni	Carlos Renato Donzelli	Inês Corrêa de Souza
Idade	76	44	63
Profissão	Contador	Administrador	Administradora
CPF	122.456.288-70	084.142.238-93	299.870.677-00
Cargo	Conselheiro	Conselheiro	Conselheira Independente
Data de Eleição	17/04/2014	17/04/2014	17/04/2014
Data da Posse	Em até 30 dias da data da eleição.	Em até 30 dias da data da eleição.	Em até 30 dias da data da eleição.
Prazo do Mandato	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.
Outros Cargos	Membro do Comitê de Auditoria e Riscos	Membro do Comitê de Auditoria e Riscos	Membro do Comitê de Finanças
Eleito por Controlador	Sim	Sim	Sim



12.6.2. Conselho Fiscal

Conselheiros Titulares e Suplentes Indicados pelo Acionista Controlador

	Inocêncio Agostinho Teixeira Baptista Pinheiro	Fabício Gomes
Idade	72	31
Profissão	Advogado	Administrador
CPF	108.145.668-04	226.190.198-42
Cargo	Conselheiro Efetivo	Conselheiro Efetivo
Data de Eleição	17/04/2014	17/04/2014
Data da Posse	Em até 30 dias da data da eleição.	Em até 30 dias da data da eleição.
Prazo do Mandato	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.
Outros Cargos	-	-
Eleito por Controlador	Sim	Sim

	Mauro Marangoni	Robinson Leonardo Nogueira
Idade	65	37
Profissão	Advogado	Administrador
CPF	541.922.008-30	201.470.788-06
Cargo	Conselheiro Suplente	Conselheiro Suplente
Data de Eleição	17/04/2014	17/04/2014
Data da Posse	Em até 30 dias da data da eleição.	Em até 30 dias da data da eleição.
Prazo do Mandato	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.
Outros Cargos	-	-
Eleito por Controlador	Sim	Sim



magazineluiza
vem ser feliz



Conselheiros Titular e Suplente Indicados pelo Acionista Previ

	<u>Rolf Von Paraski</u>	<u>Aldo Ribeiro de Moraes</u>
Idade	62	56
Profissão	Bancário e Economiário	Bancário e Economiário
CPF	093.130.369-91	506.080.537-91
Cargo	Conselheiro Efetivo	Conselheiro Suplente
Data de Eleição	17/04/2014	17/04/2014
Data da Posse	Em até 30 dias da data da eleição.	Em até 30 dias da data da eleição.
Prazo do Mandato	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.	Até a posse dos eleitos na AGO de 2015.
Outros Cargos	-	-
Eleito por Controlador	Não	Não

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável, visto que a nova composição do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Finanças, órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração, somente será definida em um momento posterior, pelos próprios Conselheiros eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 17 de abril de 2014.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal e membros do comitê de auditoria estatutário, fornecer:

- (a) currículo, contendo as seguintes informações: (I) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo; atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação,



magazineluiza
vem ser feliz



direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor; (II) indicação de todos os cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias abertas;

- (b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Companhia fornece, conjuntamente, as informações dos itens 12.8.(a) e (b), conforme a seguir:

Conselho de Administração:

Joaquim Francisco De Castro Neto, graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e fez especialização em Administração de Vendas e em Marketing e Desenvolvimento de Novos Produtos pela IMEDE em Lausane, Suíça. Iniciou sua carreira atuando na área de investimentos no Banco Crefisul de Investimentos e BFL Crédito Financiamento e Investimento S.A. no período de 1967 a 1971, bem como no Multibanco Banco de Investimentos S.A. de 1971a 1972, no Banco Nacional Brasileiro S.A 1972 a 1973, no Bansulvest – Banco de Investimentos S.A. e Finansul Crédito financiamento e Investimento S.A. de 1973 a 1974 e no Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A. de 1974 a 2008. Ocupou cargos executivos e de conselho no Unibanco Leasing S.A., no Banco Dibens, na Unicard, na Luizacred, no PontoCred, na Fininvest, na Asset Management, no Orbitall, Credicard e na Tecban. Foi membro do Conselho da Visa Latin American and Caribben, membro do Conselho de Administração da Prever S.A. e presidente do Conselho de Administração da



magazineluiza
vem ser feliz



Redecard S.A. É membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2007 e, a partir de 2008, tornou-se presidente do Conselho de Administração da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que o tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Diretora Presidente do Magazine Luiza. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor de Vendas e Marketing na Companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato, Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupa desde 2009. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que lhe foi novamente atribuída em 2009. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para o biênio 2009-2010, e em 2011, foi eleita a vice-presidente. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Vice-Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Atualmente, é também Presidente do Conselho de Administração da LuizaSeg Seguros S.A. e da LuizaCred S.A., tendo assumido os cargos em 2005 e 2002, respectivamente. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupa também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e



magazineluiza
vem ser feliz



Paraolímpicos Rio 2016. Ela também é conferencista em diversos eventos, onde relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que a tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer. Cumpre informar que, em dezembro de 2010, o Colegiado da CVM, em Processo Administrativo Sancionador (PAS nº 18/2008), instaurado para a apuração de responsabilidades dos administradores da Sadia S.A. ("**Sadia**"), por eventuais irregularidades relacionadas às operações que envolviam instrumentos financeiros derivativos, aplicou multa pecuniária no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) à Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues. A Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues é Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração e Diretora Presidente e, à época dos fatos, também exercia o cargo de membro do Conselho de Administração da Sadia.

Onofre de Paula Trajano, Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Franca em 1967. Atua no Grupo Magazine Luiza, tendo atuado na MTG Administração Assessoria e Participações S/A – Holding Administrativa e Acionária, como Diretor Executivo; na LTD como Conselheiro e Diretor Executivo; na Luiza Administradora como Diretor Financeiro; na Castelo Empreendimentos Imobiliários Ltda. como Diretor Executivo; na Meta Veículos Ltda. como Diretor Executivo; na UBERVEL Uberaba Veículos e Peças Ltda. como Diretor Executivo; na Luiza Factoring como Diretor Executivo; na LuizaCred como Conselheiro suplente; na Luiza Participações como sócio e Diretor Executivo e atualmente na Companhia como membro do Conselho de Administração. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que a tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

José Antônio Palamoni, Formou-se como técnico contábil com curso de matemática financeira, liderança, gestão estratégica e tributária no Instituto Francano de Ensino em 1961.



magazineluiza
vem ser feliz



Iniciou suas atividades na Companhia em 1963, como contador. Atua, desde 1991, como Diretor Executivo do Grupo Luiza e participa ativamente do Conselho de Administração da holding dos acionistas. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que a tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

Carlos Renato Donzelli, Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que a tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

Inês Corrêa de Souza, Graduiu-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil AS entre 1973 e 1975. Anteriormente foi Diretora Financeira da Companhia Vale do Rio Doce, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS



magazineluiza
vem ser feliz



AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações e de Finanças Corporativas do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, Manabi S.A., Manserv Investimentos e Participações S.A., e STOTGAS S.A.. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que a tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

Conselho de Fiscal:

(a) Conselheiros indicados pelo Controlador:

Inocência Agostinho Teixeira Baptista Pinheiro, graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru, em 1966, e Técnico em Contabilidade pelo Colégio Comercial de Dois Corregos, em 1960. Mestre em Direito pela Universidade de Franca, em 2003. Ex-Associado do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e participante do Curso Para Conselheiros de Administração realizado também pelo IBGC em 2006. Sócio proprietário do escritório Advocacia Inocência Pinheiro e Amorim, que iniciou suas atividades em 2001. Foi Presidente do Conselho de Administração da ACEF S/A, mantenedora da Universidade de Franca e do Instituto Francano de Ensino Alto Padrão e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que o tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

Fabício Gomes, graduou-se em Administração pela Universidade Estadual Paulista – UNESP em 2003 e em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Claretiano em 2010. Pós-graduou-se em Controladoria e Finanças na Universidade de São Paulo – USP em 2013. Trabalhou como gerente de auditoria na Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no período de 2003 a 2010, onde desenvolveu trabalhos de auditoria de



magazineluiza
vem ser feliz



demonstrações financeiras (participação em ofertas públicas de valores mobiliários), controles internos, gestão de riscos e *compliance*. Atua, desde 2010, como gerente de gestão de riscos corporativos na MTG Participações e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que o tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

Mauro Marangoni, graduou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Franca-SP, em 1986, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob nº 110.596. Iniciou suas atividades na MTG Participações, no ano de 1991, onde desenvolve seu trabalho nas áreas cível e imobiliária e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que o tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

Robinson Leonardo Nogueira, graduou-se em Administração pela Universidade Luterana do Brasil, em 2011. Iniciou suas atividades na MTG Participações, em 2001, exercendo suas atividades no departamento de contabilidade, onde passou a responder por toda os assuntos voltados à contabilidade e tributário da empresa. Em 2005, assumiu a gestão de controles internos e gerenciais. Atualmente responde pela gestão financeira da MTG Participações e coligadas e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que o tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

(ii) Conselheiros indicados pela Acionista Previ:



magazineluiza
vem ser feliz



Rolf Von Paraski graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí - FEDAVI em 1977, cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1992 e em 1996 cursou o MBA Executivo em Controller pela Fundação Instituto de Administração FIA-USP. Iniciou sua carreira profissional em 1971 no Banco do Brasil S.A. Atuou em posições de destaque no Banco do Brasil, foi Gerente Executivo entre 1999 e 2006. Foi membro do Conselho Fiscal na empresa Tele Norte Leste Participações S.A. entre 1999 e 2001. Foi membro do Conselho Fiscal na empresa Santista Textil S.A. entre 2002 e 2003. Foi membro do Conselho Fiscal da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI entre 2003 e 2006. Foi membro do Conselho Fiscal da empresa Caraíba Metais S.A. entre 2004 e 2006. Foi membro do Conselho Fiscal do Banco Votorantin S.A. entre 2009 e 2012. Foi membro do Conselho Fiscal da EMBRAER Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. entre 2006 e 2009, e em 29 de abril de 2013 foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que a tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

Aldo Ribeiro de Moraes graduou-se em Matemática pela Universidade Federal Fluminense - UFF em 1981. Cursou Análise de Investimentos e Gestão de Carteira de Ações pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1994, Governança Corporativa Corporate Governance pela University of Chicago USA em 1998, MBA Executivo Derivativos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1999 e Gestão Avançada de Carteira de Investimentos pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 2000. É Administrador de Carteira de Valores Mobiliários autorizado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 2008, e possui a Certificação de Gestores pela Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, a partir de 2011. Atuou em posições de destaque na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, na Gerência de Mercado de Capitais entre 1994 e 2007, como Analista de Investimentos e Gerente de Investimentos. Além disso, atuou como Docente na CETIQT – Centro de Tecnologia da



magazineluiza
vem ser feliz



Indústria Química e Têxtil, entre 1990 e 1994. Foi membro do Conselho de Administração na 521 Participações S.A. entre 2001 e 2002. Em 29 de abril de 2013 foi eleito membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo judicial ou administrativo que a tenha suspenso, inabilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

(a) administradores do emissor:

A Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, é mãe do Diretor de Vendas e *Marketing*, Sr. Frederico Trajano Inácio Rodrigues, e é sobrinha do Conselheiro Sr. Onofre de Paula Trajano.

(b) (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas do emissor:

A Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues (membro do Conselho da Luizaseg e Presidente do Conselho da Luizacred) é mãe do Sr. Frederico Trajano Inácio Rodrigues (membro suplente do Conselho da Luizaseg) e é sobrinha do Sr. Onofre de Paula Trajano (diretor da Luiza Administradora de Consórcios).

(c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Nosso Diretor Comercial, Sr. Fabrício Bittar Garcia, é irmão de Flávia Bittar Garcia e de Franco Bittar Garcia, que são titulares de ações da Companhia e sócios da Wagner Participações S.A., que também detém participação no Magazine Luiza S.A.

(d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

A Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, é sobrinha do Sr. Onofre de Paula Trajano, que é Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da LTD Administração e Participações S.A., controladora direta do emissor, e Diretor Presidente da Luiza Participações S.A., controladora indireta do emissor.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

	Luiza Helena Trajano	
<u>Nome do administrador</u>	Inácio Rodrigues	<u>CPF:</u> 052.571.868-02
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Participações S.A.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u> 00.835.086/0001-72
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.	
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle	
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto	
<u>Observações</u>	Não há.	



Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Fabício Bittar Garcia	<u>CPF:</u>	212.460.718-94
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Comercial		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Wagner Garcia Participações S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	01.878.512/0001-18
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Direto		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Onofre de Paula Trajano	<u>CPF:</u>	026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Participações S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	01.835.086/0001-72
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Presidente e detentor de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto		
<u>Observações</u>	Não há.		



magazineluiza
vem ser feliz



Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

	Frederico Trajano Inácio		
<u>Nome do administrador</u>	Rodrigues	<u>CPF:</u>	253.929.608-47
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor de Vendas e Marketing		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizaseg Seguros S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	07.746.953/0001-42
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada direta		
<u>Observações</u>	Não há.		



Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Fabício Bittar Garcia	<u>CPF:</u>	212.460.718-94
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Comercial		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	LTD Administração e Participações S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Direto		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Fabício Bittar Garcia	<u>CPF:</u>	212.460.718-94
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Comercial		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	02.206.577/0001-80
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		



Exercício Social **31/12/2013**

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Carlos Renato Donzel	<u>CPF:</u>	122.456.288-70
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	02.206.577/0001-80
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social **31/12/2013**

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Onofre de Paula Trajano	<u>CPF:</u>	026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	LTD Administração e Participações S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Executivo e Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle		



magazineluiza
vem ser feliz



<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Direto
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	José Antônio Palamoni	<u>CPF:</u>	202.536.998-00
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	02.206.577/0001-80
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Onofre de Paula Trajano	<u>CPF:</u>	026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Administradora de Consórcios Ltda.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	60.250.776/0001-91
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor, nossa controladora direta.		



Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Subordinação

Tipo de pessoa relacionada Controlada Direta

Observações Não há.

Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

Nome do administrador Luiza Helena Trajano

Nome do administrador Inácio Rodrigues CPF: 052.571.868-02

Cargo/Função do Adm. Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada LTD Administração e Participações S.A.

Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica CNPJ 66.117.474/0001-26

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.

Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Controle

Tipo de pessoa relacionada Controlador Direto

Observações Não há.



Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

	Luiza Helena Trajano	
<u>Nome do administrador</u>	Inácio Rodrigues	<u>CPF:</u> 052.571.868-02
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizaseg Seguros S.A.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u> 07.746.953/0001-42
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta	
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação	
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta	
<u>Observações</u>	Não há.	

Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	José Antônio Palamoni	<u>CPF:</u> 202.536.998-00
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	LTD Administração e Participações S.A.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u> 66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Executivo, nossa controladora direta.	
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle	



<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Direto
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social **31/12/2013**

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	José Antônio Palamoni	<u>CPF:</u>	202.536.998-00
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Administradora de Consórcios Ltda.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	60.250.776/0001-91
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social **31/12/2013**

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Marcelo José Ferreira e Silva	<u>CPF:</u>	018.752.214-68
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Superintendente		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	02.206.577/0001-80



Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Subordinação

Tipo de pessoa relacionada Controlada Direta

Observações Não há.

Exercício Social **31/12/2013**

Administrador do emissor

Nome do administrador Marcelo José Ferreira e Silva CPF: 018.752.214-68

Cargo/Função do Adm. Diretor Superintendente

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada Luizaseg Seguros S.A.

Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica CNPJ: 07.746.953/0001-42

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Subordinação

Tipo de pessoa relacionada Controlada Direta

Observações Não há.



Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

Nome do administrador Roberto Bellissimo
Nome do administrador Rodrigues **CPF:** 251.674.028-08
Cargo/Função do Adm. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica **CNPJ:** 02.206.577/0001-80
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.
Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Subordinação
Tipo de pessoa relacionada Controlada Direta
Observações Não há.

Exercício Social 31/12/2013

Administrador do emissor

Nome do administrador Maria Isabel Bonfim de Oliveira **CPF:** 046.688.188-60
Cargo/Função do Adm. Diretora de Administração e Controle

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada Luizaseg Seguros S.A.
Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica **CNPJ:** 07.746.953/0001-42
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta
Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Subordinação



<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

	Luiza Helena Trajano
<u>Nome do administrador</u>	Inácio Rodrigues <u>CPF</u> 052.571.868-02
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Participações S.A.
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica <u>CNPJ</u> :00.835.086/0001-72
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Fabício Bittar Garcia <u>CPF</u> 212.460.718-94
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Comercial

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Wagner Garcia Participações S.A.
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica <u>CNPJ</u> 01.878.512/0001-18



<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora indireta.
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social **31/12/2012**

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Onofre de Paula Trajano <u>CPF</u> 026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Participações S.A.
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica <u>CNPJ</u> 01.878.512/0001-18
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Presidente e detentor de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto
<u>Observações</u>	Não há.



Exercício Social **31/12/2012**

Administrador do emissor

	Frederico Trajano Inácio		
<u>Nome do administrador</u>	Rodrigues	<u>CPF:</u>	253.929.608-47
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor de Vendas e Marketing		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizaseg Seguros S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u>	07.746.953/0001-42
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social **31/12/2012**

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Fabício Bittar Garcia	<u>CPF:</u>	212.460.718-94
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Comercial		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	LTD Administração e Participações S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u>	66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle		



<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Direto
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social	31/12/2012
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Fabício Bittar Garcia	<u>CPF:</u>	212.460.718-94
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Comercial		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u>	02.206.577/0001-80
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social	31/12/2012
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Onofre de Paula Trajano	<u>CPF:</u>	026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	LTD Administração e Participações S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u>	66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Executivo e Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.		



<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Direto
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor			
<u>Nome do administrador</u>	Onofre de Paula Trajano	<u>CPF:</u>	026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada			
<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u>	02.206.577/0001-80
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor			
<u>Nome do administrador</u>	Onofre de Paula Trajano	<u>CPF:</u>	026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada			
<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Administradora de Consórcios Ltda.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u>	60.250.776/0001-91



<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor, nossa controladora direta.
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social	31/12/2012
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor	
<u>Nome do administrador</u>	Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues <u>CPF:</u> 026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada	
<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	LTD Administração e Participações S.A.
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica <u>CNPJ</u> 66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Direto
<u>Observações</u>	Não há.



Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

	Luiza Helena Trajano		
<u>Nome do administrador</u>	Inácio Rodrigues	<u>CPF:</u>	026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ</u>	66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

	Luiza Helena Trajano		
<u>Nome do administrador</u>	Inácio Rodrigues	<u>CPF:</u>	026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizaseg Seguros S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ</u>	07.746.953/0001-42
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta		



Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Subordinação

Tipo de pessoa relacionada Controlada Direta

Observações Não há.

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

Nome do administrador José Antônio Palamoni CPF: 202.536.998-00

Cargo/Função do Adm. Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada LTD Administração e Participações S.A.

Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica CNPJ 66.117.474/0001-26

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada Diretor Executivo, nossa controladora direta.

Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Controle

Tipo de pessoa relacionada Controlador Direto

Observações Não há.

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

Nome do administrador José Antônio Palamoni CPF: 202.536.998-00

Cargo/Função do Adm. Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada Luiza Administradora de Consórcios Ltda.

Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica CNPJ 60.250.776/0001-91



<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor, nossa controlada direta.
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social	31/12/2012
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor			
<u>Nome do administrador</u>	José Antônio Palamoni	<u>CPF:</u>	202.536.998-00
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada			
<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u>	66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		



Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

	Marcelo José Ferreira e	
<u>Nome do administrador</u>	Silva	<u>CPF:</u> 018.752.214-68
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Superintendente	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u> 66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação	
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta	
<u>Observações</u>	Não há.	

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do emissor

	Marcelo José Ferreira e	
<u>Nome do administrador</u>	Silva	<u>CPF:</u> 018.752.214-68
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Superintendente	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizaseg Seguros S.A.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u> 07.746.953/0001-42
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta	
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação	



<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social	31/12/2012
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Roberto Bellissimo Rodrigues	<u>CPF:</u>	251.674.028-08
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u>	66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social	31/12/2012
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Maria Isabel Bonfim de Oliveira	<u>CPF:</u>	046.688.188-60
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora de Administração e Controle		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizaseg Seguros S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ</u>	07.746.953/0001-42
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta		



relacionada

<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social	31/12/2011
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor	
<u>Nome do administrador</u>	Onofre de Paula Trajano <u>CPF:</u> 026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada	
<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Participações S.A.
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica <u>CNPJ:</u> 00.835.086/0001-72
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Presidente e detentor de 50% das ações da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Indireta
<u>Observações</u>	Não há.



magazineluiza
vem ser feliz



Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

	Frederico Trajano Inácio		
<u>Nome do administrador</u>	Rodrigues	<u>CPF:</u>	253.929.608-47
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor de Vendas e Marketing		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizaseg Seguros S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u>	07.746.953/0001-42
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Conselheiro Suplente		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	José Antônio Palamoni	<u>CPF:</u>	202.536.998-00
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	LuizaCred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u>	02.206.577/0001-80
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Conselheiro Suplente		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		



magazineluiza
vem ser feliz



Observações Não há.

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

Nome do administrador Onofre de Paula Trajano CPF: 026.538.268-87

Cargo/Função do Adm. Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada LuizaCred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica CNPJ: 02.206.577/0001-80

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Subordinação

Tipo de pessoa relacionada Controlada Direta

Observações Não há.

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

Nome do administrador Fabrício Bittar Garcia CPF: 212.460.718-94

Cargo/Função do Adm. Diretor Comercial

Pessoa Relacionada

Nome/nome empresarial da pessoa relacionada LuizaCred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

Tipo de Pessoa Pessoa Jurídica CNPJ: 02.206.577/0001-80

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada Conselheiro Suplente

Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada Subordinação



<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social	31/12/2011
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor

	Luiza Helena Trajano	
<u>Nome do administrador</u>	Inácio Rodrigues	<u>CPF:</u> 052.571.868-02
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Participações S.A.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u> 00.835.086/0001-72
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretora Vice-Presidente e detentora de 32,70% das quotas da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.	
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle	
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controle Indireto	
<u>Observações</u>	Não há.	

Exercício Social	31/12/2011
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Fabício Bittar Garcia	<u>CPF:</u> 212.460.718-94
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Comercial	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Wagner Garcia Participações S.A.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u> 01.878.512/0001-18
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.	



<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Fabício Bittar Garcia	<u>CPF:</u>	212.460.718-94
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Comercial		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	LTD Administração e Participações S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u>	66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Executivo e Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Onofre de Paula Trajano	<u>CPF:</u>	026.538.268-87
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Administradora de Consórcios Ltda.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u>	60.250.776/0001-91
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa</u>	Diretor, nossa controlada direta		



relacionada

<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social **31/12/2011**

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	<u>CPF:</u> 052.571.868-02
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora Presidente e Vice-Presidente	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	LTD Administração e Participações S.A.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica	<u>CNPJ:</u> 66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.	
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle	
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Indireto	
<u>Observações</u>	Não há.	

Exercício Social **31/12/2011**

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	<u>CPF:</u> 052.571.868-02
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora Presidente e Vice-Presidente	



Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento.
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica <u>CNPJ:</u> 02.206.577/0001-80
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues <u>CPF:</u> 052.571.868-02
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora Presidente e Vice-Presidente

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizaseg Seguros S.A.
<u>Tipo de Pessoa</u>	Pessoa Jurídica <u>CNPJ:</u> 07.746.953/0001-42
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.



Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	José Antônio Palamoni	<u>CPF:</u>	202.536.998-00
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	LTD Administração e Participações S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u>	66.117.474/0001-26
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor Executivo, nossa controladora direta		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Controle		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlador Direto		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	José Antônio Palamoni	<u>CPF:</u>	202.536.998-00
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Membro do Conselho de Administração		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luiza Administradora de Consórcios Ltda.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u>	60.250.776/0001-91
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor, nossa controladora direta		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		



Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

	Marcelo José Ferreira e		
<u>Nome do administrador</u>	Silva	<u>CPF:</u>	018.752.214-68
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Superintendente		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u>	02.206.577/0001-80
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

	Marcelo José Ferreira e		
<u>Nome do administrador</u>	Silva	<u>CPF:</u>	018.752.214-68
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Superintendente		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizaseg Seguros S.A.		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u>	07.746.953/0001-42
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		



relacionada

<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social	31/12/2011
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor

	Marcelo José Ferreira e	
<u>Nome do administrador</u>	Silva	<u>CPF:</u> 018.752.214-68
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretor Superintendente	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	F S Vasconcelos e Cia Ltda.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u> 09.268.517/0001-30
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor, nossa controlada direta	
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação	
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta	
<u>Observações</u>	Não há.	

Exercício Social	31/12/2011
-------------------------	-------------------

Administrador do emissor

	Maria Isabel Bonfim de	
<u>Nome do administrador</u>	Oliveira	<u>CPF:</u> 046.688.188-60
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora de Administração e Controle	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	F S Vasconcelos e Cia Ltda.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u> 09.268.517/0001-30



<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretora, nossa controlada direta
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta
<u>Observações</u>	Não há.

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Maria Isabel Bonfim de Oliveira	<u>CPF:</u>	046.688.188-60
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora de Administração e Controle		

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento		
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u>	02.206.577/0001-80
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta		
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação		
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta		
<u>Observações</u>	Não há.		

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Maria Isabel Bonfim de Oliveira	<u>CPF:</u>	046.688.188-60
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Diretora de Administração e Controle		

Pessoa Relacionada



magazineluiza
vem ser feliz



<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	Luizaseg Seguros S.A.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u> 07.746.953/0001-42
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta	
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação	
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta	
<u>Observações</u>	Não há.	

Exercício Social **31/12/2011**

Administrador do emissor

<u>Nome do administrador</u>	Carlos Renato Donzelli	<u>CPF:</u> 122.456.288-70
<u>Cargo/Função do Adm.</u>	Conselheiro de Conselho de Administração	

Pessoa Relacionada

<u>Nome/nome empresarial da pessoa relacionada</u>	F S Vasconcelos e Cia Ltda.	
<u>Tipo de Pessoa</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>	<u>CNPJ:</u> 09.268.517/0001-30
<u>Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada</u>	Diretor, nossa controlada direta	
<u>Tipo de relação do administrador na pessoa relacionada</u>	Subordinação	
<u>Tipo de pessoa relacionada</u>	Controlada Direta	
<u>Observações</u>	Não há.	



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

ANEXO IV

Item 13 do Formulário de Referência IN/CVM 480

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração:

A nossa política de remuneração para os nossos diretores estatutários e diretores não estatutários (em conjunto, “Diretores”) tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essa política visa a retribuição do desempenho de nossos Administradores e recompensar-lhes pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado.

Apenas nossos conselheiros independentes são remunerados em razão de sua participação nas reuniões do Conselho de Administração, portanto, nossa política de remuneração não é aplicável a esse órgão. Tal critério também é estendido aos membros dos comitês, visto que somente os membros independentes possuem remuneração em razão da participação nas reuniões dos comitês.

Não obstante o acima, 2 (dois) dos nossos membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração baseada em ações prevista no nosso plano de opção de compra.



magazineluiza
vem ser feliz



(b) composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração fixa e variável adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração de qualquer natureza, com exceção dos conselheiros independentes, os quais tem remuneração fixa mensal de R\$12.000,00 (doze mil reais).

Não obstante o acima, 2 (dois) dos nossos membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração baseada em ações prevista no nosso plano de opção de compra.

Diretoria:

A remuneração dos Diretores é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e remuneração variável, um prêmio pelo desempenho pessoal. Adicionalmente, a critério do nosso Conselho de Administração, poderão ser outorgadas a eles opções de compra de ações de nossa emissão. Além disso, nossos diretores recebem benefícios conforme prática de mercado como, por exemplo, carro (somente diretores estatutários), telefone, plano de saúde e vale refeição. Ademais, parte de nossos Diretores está sob regime celetista.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal recebem o mínimo estabelecido pelo artigo 162, § 3º da Lei 6.404/76.

Comitês:

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Finanças não possuem remuneração de qualquer natureza, com exceção dos membros independentes, dos quais um membro tem remuneração fixa mensal de R\$13.000,00 e outro têm remuneração fixa mensal de R\$10.000,00.

(ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A proporção de cada elemento da remuneração total segue descrita abaixo:

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2014 (estimado) Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	33,51%	42,42%	100,00%
Benefícios	Não há	0,66%	Não há
Participação em comitês	17,45%	Não há	Não há
Outros	Não há	4,83%	Não há
Remuneração Variável	Não há	32,39%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	49,04%	19,70%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%



magazineluiza
vem ser feliz



(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos nossos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste. Além disso, a remuneração dos Administradores recebe reajuste ordinário pela aplicação de percentual, definido anualmente, com base em comparativo que considera o dissídio coletivo da categoria aplicável aos empregados da Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo para melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazos.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é estabelecida anualmente e está atrelada, principalmente, às metas de lucros da Companhia. O nosso Conselho de Administração não tinha direito à remuneração variável até 31 de dezembro de 2011. A partir de 04 de janeiro de 2012, a Companhia outorgou opções de compra de ações a 02 (dois) membros do Conselho de Administração. No ano de 2013, foram estabelecidos critérios idênticos aos de 2012. A política de remuneração para o ano de 2014 manterá os mesmos indicadores utilizados em 2013, tanto para os Diretores Estatutários como para os membros do Conselho de Administração que recebem remuneração baseada em ações.



magazineluiza
vem ser feliz



- (d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A parcela variável de remuneração está vinculada ao resultado anual, que são pagos a diretores a título de participação nos resultados, bem como ao valor de mercado da Companhia, em razão da outorga de opções de compra de ações da Companhia. Metade da remuneração variável é atrelada ao desempenho da empresa como um todo, tendo como parâmetro o resultado do lucro líquido. Nossos Administradores são avaliados anualmente.

- (e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos Administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projetos diversos.

- (f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

- (g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do nosso controle societário do emissor:

Nos 12 (doze) meses imediatamente seguintes à alienação do controle da Companhia, caso qualquer dos administradores seja destituído do seu cargo sem que tenha violado um de seus deveres ou atribuições, as opções detidas por tal administrador



magazineluiza
vem ser feliz



destituído, ainda que no curso do prazo de carência previsto no plano de opções, tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2014 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	6	3	15
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	384.000	7.735.994	355.722	8.475.716
Benefícios direto e indireto	0	120.836	0	120.836
Participações em comitês	200.000	0	0	200.000
Outros		880.627		880.627
Descrição de outras remunerações fixas		Do montante total de R\$ 880.627 informado no campo "Outros", R\$ 404.612 corresponde ao INSS patronal e R\$ 476.015 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.		0
Remuneração variável				0
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	5.905.960	0	5.905.960
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	561.898	3.592.124		4.154.022



magazineluiza
vem ser feliz



Observações	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	
Total da remuneração	1.145.898	18.235.541	355.722	19.737.161

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2013 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	6	3	15
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	220.000	6.747.848	288.562	7.256.409
Benefícios direto e indireto	0	98.965	0	98.965
Participações em comitês	110.000	0	0	110.000
Outros	6.000	1.050.516	12.500	1.069.016
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal no valor de R\$6.000,00.	Do montante total de R\$ 1.050.515,81 informado no campo "Outros", R\$ 648.470,46 corresponde ao INSS patronal e R\$ 402.045,35 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal no valor de R\$12.500,00.	0
Remuneração variável				0
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	5.468.114	0	5.468.114
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	236.515	2.388.088	0	2.624.603
Observações	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	



magazineluiza
vem ser feliz



Total da remuneração	572.515	15.753.531	301.062	16.627.107
-----------------------------	----------------	-------------------	----------------	-------------------

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2012 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	6	3	15
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000	6.227.483	157.500	6.504.983
Benefícios direto e indireto	0	88.233	0	88.233
Participações em comitês	40.000	0	0	40.000
Outros	24.000	1.816.974	18.000	1.858.974
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal no valor de R\$24.000,00.	Do montante total de R\$ 1.816.974,00 informado no campo "Outros", R\$ 1.466.865,00 corresponde ao INSS patronal e R\$ 350.109,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal no valor de R\$18.000,00.	0
Remuneração variável				0
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	70.000	0	0	70.000
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	186.515	2.188.088	0	2.374.603
Observações	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	
Total da remuneração	440.515	10.320.778	175.500	10.936.793

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2011 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Nº de membros	6,25	6,17		12,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000	5.842.891		5.962.891
Benefícios direto e indireto	0	84.344		84.344
Participações em comitês	0	0		0
Outros	24.000	1.693.347		1.717.347
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal no valor de R\$24.000,00.	Do montante total de R\$ 1.693.347,00 informado no campo "Outros", R\$ 1.370.279,00 corresponde ao INSS patronal e R\$ 323.068,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.		0
Remuneração variável				0
Bônus	0	0		0
Participação de resultados	0	0		0
Participação em reuniões	50.000	0		50.000
Comissões	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego	0	0		0
Cessação do cargo	0	0		0
Baseada em ações	0	0		0
Observações	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014		
Total da remuneração	194.000	7.620.582		7.814.582



magazineluiza
vem ser feliz

 **MGLU3**
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

13.3. Remuneração variável do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro 2014 (estimado) – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	6	3	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido:	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	R\$ 5.905.960,00	Não há	R\$ 5.905.960,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	R\$ 5.905.960,00	Não há	R\$ 5.905.960,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado:	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro 2013 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	6	3	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido:	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	R\$ 5.600.000,00	Não há	R\$ 5.600.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	R\$ 5.600.000,00	Não há	R\$ 5.600.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado:	Não há	R\$ 5.468.114,00	Não há	R\$ 5.468.114,00



Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro 2012 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	6	3	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido:	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	R\$ 4.817.460,00	Não há	R\$ 4.817.460,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	R\$ 4.817.460,00	Não há	R\$ 4.817.460,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado:	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro 2011 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,25	6,17	0	12,42
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido:	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não há	R\$ 0,00	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não há	R\$ 4.472.040,00	Não há	R\$ 4.472.040,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas:	Não há	R\$ 4.472.040,00	Não há	R\$ 4.472.040,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado:	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00



magazineluiza
vem ser feliz



13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

(a) Termos e condições gerais:

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão, (“Plano”) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de abril de 2011. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão (“Opções”), nos termos do Plano, os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas (“Pessoas Elegíveis”).

O Plano será administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um Comitê (“Comitê”). O Conselho de Administração e o Comitê, conforme o caso e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo(a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas o desempenho das Pessoas Elegíveis, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano, podendo tratar de



magazineluiza
vem ser feliz



maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob controle da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o preço de exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

A outorga de Opções, nos termos do Plano, é realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Beneficiários (“Contrato de Opção”), os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o Preço de Exercício e condições de pagamento. Cada Opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção.

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. As Opções outorgadas, nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.



magazineluiza
vem ser feliz



(b) Principais objetivos do plano

Os objetivos principais do nosso Plano são os seguintes: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano; e (c) possibilita-nos e a outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter vinculados aos Beneficiários.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento das Opções ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

(d) Como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de



magazineluiza
vem ser feliz



resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

As outorgas realizadas com base no Plano trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

(f) Número máximo de ações abrangidas:

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas:

Conforme o item (f) acima, o total de Opções outorgadas no âmbito do Plano não pode ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.



magazineluiza
vem ser feliz



(h) Condições de aquisição de ações:

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas atais Opções.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Conforme o Plano, o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

Para o exercício de 2012, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado pelo preço da ação na abertura de capital (IPO), com o desconto de 15%, que é o mesmo desconto para aquisição das ações concedido aos funcionários. Para o exercício de 2013, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado mediante cálculo da média da cotação das ações de nossa emissão dos últimos 6 (seis) meses imediatamente anteriores a data de outorga

A expectativa da Companhia para as próximas outorgas, inclusive para o exercício 2014, é de determinar que o critério para fixação do preço de exercício da outorga seja apurado mediante cálculo da média da cotação das ações de nossa emissão dos últimos 3 (três) meses imediatamente anteriores a data de outorga, que deverá ocorrer no mês de abril do respectivo exercício social.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

(j) Critérios para fixação de prazo de exercício:

Conforme o Plano, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, foi definido que as Opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o Beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia entre a data da outorga e as datas especificadas a seguir: (a) no caso de exercício do Programa 1 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) das Opções, a partir de 1º de março de 2012, poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; (b) para o Programa 2 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; e (c) para todos os contratos da 2ª Outorga, 25% (vinte e cinco por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2014 e, a partir desta data, adicionais 25% (vinte e cinco por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia. Tais Opções, quando exercidas, serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

(k) Forma de liquidação:

Nos termos da cláusula 6.2 do Plano, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.



magazineluiza
vem ser feliz



(l) Restrições à transferência das ações:

Nos termos do nosso Plano, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela nossa Assembleia Geral e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da nossa Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas anteriormente com base no referido Plano.

Contudo, deve-se ressaltar que o Plano extinguir-se-á automaticamente, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de Opção, cessando-se todos os seus direitos e efeitos, nos seguintes casos: a) mediante o seu exercício integral; b) após o decurso do prazo de vigência da Opção; c) mediante o distrato do Contrato de Opção; d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou e) nas hipóteses previstas no item n), abaixo.

Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras negociações.

Porém, caso necessário, para dar fiel execução à eventual Opção firmada, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, ou alienar ações mantidas em tesouraria.

Ainda, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações



magazineluiza
vem ser feliz



que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a) desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que, se o desligamento ocorrer dentro do prazo de 12 (doze) meses após uma mudança no nosso controle acionário, tais direitos tornar-se-ão



magazineluiza
vem ser feliz



automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se de nossos quadros por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se de nossos quadros por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente



extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Magazine Luiza S.A. (Emissor)

	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	590	0%
Diretoria	Ações Ordinárias	26.562	0,01%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	500	0%

Luiza Participações S.A. (Controlador Indireto)

	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	66.730.124	50,0%
Diretoria	Ações Ordinárias	66.730.124	50,0%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0%



Wagner Participações S.A. (Controlador Indireto)

	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	0	0%
Diretoria	Ações Ordinárias	34.424.566	33,33%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0%

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

31/12/2014 - Estimativa							
	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			
Número de membros	02	02	02	01	04	05	05
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga (Prevista)	1ª Outorga (Contrato 01)	1ª Outorga (Contrato 02)	2ª Outorga	3ª Outorga (Prevista)
Data de outorga	04/01/2012	29/10/2013	30/04/2014	04/01/2012	04/01/2012	29/10/2013	30/04/2014
Quantidade de opções outorgadas	233.126	146.308	192.596	2.250.000	484.902	544.442	720.701
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/03/2012	29/10/2014	30/04/2015	04/01/2012	01/03/2012	29/10/2014	30/04/2015
	01/03/2013	29/10/2015	30/04/2016	01/03/2012	01/03/2013	29/10/2015	30/04/2016
	01/03/2014	29/10/2016	30/04/2017	01/03/2013	01/03/2014	29/10/2016	30/04/2017
	01/03/2015	29/10/2017	30/04/2018	01/03/2014	01/03/2015	29/10/2017	30/04/2018
Prazo máximo para exercício das opções	01/03/2016			01/03/2015	01/03/2016		
	04/01/2020	29/10/2025	30/04/2026	04/01/2020	04/01/2020	29/10/2025	30/04/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]
Preço médio ponderado de exercício:							
a. Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 13,60	R\$ 9,45	R\$ 7,71	R\$ 10,32	R\$ 13,60	R\$ 9,45	R\$ 7,71
b. Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
c. Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

d. Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 6,44	R\$ 6,06	R\$ 3,67	R\$ 6,74	R\$ 6,44	R\$ 6,06	R\$ 3,67
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,13%	0,08%	0,10%	1,21%	0,26%	0,29%	0,39%

31/12/2013					
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		
Número de membros	02	02	01	04	05
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga	2ª Outorga	1ª Outorga (Contrato 01)	1ª Outorga (Contrato 02)	2ª Outorga
Data de outorga	04/01/2012	29/10/2013	04/01/2012	04/01/2012	29/10/2013
Quantidade de opções outorgadas	233.126	146.308	2.250.000	484.902	544.442
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	29/10/2014 29/10/2015 29/10/2016 29/10/2017	04/01/2012 01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	29/10/2014 29/10/2015 29/10/2016 29/10/2017
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	29/10/2025	04/01/2020	04/01/2020	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]
Preço médio ponderado de exercício:					
a. Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 13,60	R\$ 9,45	R\$ 10,32	R\$ 13,60	R\$ 9,45
b. Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
c. Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
d. Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 6,44	R\$ 6,06	R\$ 6,74	R\$ 6,44	R\$ 6,06
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,13%	0,08%	1,21%	0,26%	0,29%



31/12/2012			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Número de membros	02	01	04
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga	1ª Outorga (Contrato 01)	1ª Outorga (Contrato 02)
Data de outorga	04/01/2012	04/01/2012	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas	233.126	2.250.000	484.902
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	04/01/2012 01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	04/01/2020	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	[N/A]	[N/A]	[N/A]
Preço médio ponderado de exercício:			
a. Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 13,60	R\$ 10,32	R\$ 13,60
b. Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
c. Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d. Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 6,44	R\$ 6,74	R\$ 6,44
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,13%	1,21%	0,26%

31/12/2011		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	-
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Preço médio ponderado de exercício:	-	-
a. Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
b. Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
c. Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
d. Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

13.7. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social:

31/12/2013					
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		
Número de membros	02	02	01	04	05
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga	2ª Outorga	1ª Outorga (Contrato 01)	1ª Outorga (Contrato 02)	2ª Outorga
Opções ainda não exercíveis					
Quantidade	233.126	125.692	2.250.000	484.902	467.726
Data em que se tornarão exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	29/10/2014 29/10/2015 29/10/2016 29/10/2017	04/01/2012 01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	29/10/2014 29/10/2015 29/10/2016 29/10/2017
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	29/10/2025	04/01/2020	04/01/2020	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 13,60	R\$ 9,45	R\$ 10,32	R\$ 13,60	R\$ 9,45



Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 5,09	R\$ 4,60	R\$ 5,39	R\$ 5,09	R\$ 4,60
Opções Exercíveis					
Quantidade	93.250	0	1.350.000	193.961	0
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	29/10/2025	04/01/2020	04/01/2020	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 13,60	R\$ 9,45	R\$ 10,32	R\$ 13,60	R\$ 9,45
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 5,09	R\$ 4,60	R\$ 5,39	R\$ 5,09	R\$ 4,60
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 474.644,54	R\$ 0,00	R\$ 7.276.500,00	R\$ 987.260,47	R\$ 0,00

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve exercício de opção de compra de ações e não foram entregues ações relativas à remuneração baseada em ações.



magazineluiza
vem ser feliz



13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

a. modelo de precificação:

Nos últimos 3 exercícios sociais, precificamos as opções com o modelo de precificação da Black & Scholes. Quando relevante, a expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício e aspectos comportamentais.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

São utilizadas as seguintes premissas utilizadas em nosso modelo de precificação da Black & Scholes: (a) expectativa de vida média das opções de 5 (cinco) anos e meio, que representa o período em que se acredita que as Opções sejam exercidas, levando em consideração o *turnover* médio dos Beneficiários do Plano; (b) volatilidade média anualizada considerada para empresas do mesmo setor, de 43,5% (quarenta e três e meio por cento); e (c) taxa de juros livre de risco de 10% (dez por cento). Para o exercício de 2012, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado pelo preço da ação na abertura de capital (IPO), com o desconto de 15%, que é o mesmo desconto para aquisição das ações concedido aos funcionários. Para o exercício de 2013, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado mediante cálculo da média da cotação das ações de nossa emissão dos últimos 06 (seis) meses imediatamente anteriores a data de outorga. Para o exercício de 2014, o critério para fixação do preço de exercício da outorga deverá ser apurado mediante cálculo da média da cotação das ações de nossa emissão dos últimos 03 (três) meses imediatamente anteriores a data de outorga.



magazineluiza
vem ser feliz



O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2013 foi de R\$9,45. Entendemos que a volatilidade esperada é de 20%. O prazo máximo para exercício das Opções já outorgadas é de 12 anos a contar da data da Outorga, e taxas de juros esperados são de 5,92%.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2012 foi de R\$10,32 para um dos beneficiários, e de R\$13,60 para os demais. Entendemos que a volatilidade esperada é de 43,54% para todas as Outorgas. O prazo máximo para exercício das Opções já outorgadas é de 8 anos a contar da data da Outorga, e taxas de juros esperados são de 10%.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Não é aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização de nossos órgãos societários competente, e este é responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

d. forma de determinação da volatilidade esperada:

Por ser uma entidade recém listada à época de Outorga dos Programas, a volatilidade histórica também não expressa suficiente informação sobre a volatilidade das ações, tendo em vista, inclusive, os prazos contratuais de exercício das opções. Dessa forma, o Magazine Luiza utilizou como estimativa a média do histórico anual das empresas do mesmo setor da Companhia.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Todas as características já estão descritas neste item 13.9.



magazineluiza
vem ser feliz



13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Não aplicável visto que não há plano de previdência em vigor conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários até esta data.

13.11. Indicar para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	6,00	6,00	6,17	6,00	6,00	6,25	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	3.698.499,67	2.356.356,00	2.139.227,00	210.000,00	144.000,00	144.000,00	100.353,84	58.500,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.582.956,67	998.775,00	935.861,00	126.000,00	93.257,50	50.000,00	100.353,84	58.500,00
Valor médio da remuneração (Reais)	2.625.588,48	1.720.129,61	1.235.102,50	143.128,75	110.128,75	97.000,00	100.353,84	58.500,00

Observações:

Diretoria Estatutária	
Não há	

Conselho de Administração	
31/12/2013	(i) Com relação ao valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, utilizou-se apenas 4 (quatro) membros para o referido cálculo, tendo em vista que os demais membros não são remunerados, conforme item 13.1.b.(i); e (ii) O valor da maior remuneração individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado e previstas no item 13.2, bem como levando-se em conta o período de 12 (doze) meses de exercício das



magazineluiza
vem ser feliz



	funções dos respectivos membros.
31/12/2012	(i) Com relação ao valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, utilizou-se apenas 4 (quatro) membros para o referido cálculo, tendo em vista que os demais membros não são remunerados, conforme item 13.1.b.(i); e (ii) O valor da maior remuneração individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado e previstas no item 13.2, bem como levando-se em conta o período de 12 (doze) meses de exercício das funções dos respectivos membros.
31/12/2011	Com relação ao valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, utilizou-se apenas 2 (dois) membros para o referido cálculo, tendo em vista que não houve remuneração para os demais membros no exercício 2011, conforme item 13.1.b.(i).

Conselho Fiscal	
Não há	

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2013	2012	2011
Conselho de Administração	41,31%	42,30%	0,00%
Diretoria Estatutária	30,84%	27,86%	35,21%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	NA

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Comitê de Auditoria e Riscos: 02 (dois) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração. Um membro recebe remuneração mensal, no valor de R\$10.000,00.

Comitê de Finanças: 02 (dois) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração. Um membro recebe remuneração mensal, no valor de R\$10.000,00. Como este membro também acumula o cargo de membro do Conselho de Administração, a sua remuneração já está prevista no item 13.2 deste Formulário de Referência.



magazineluiza
vem ser feliz



ANEXO V

MINUTA DE ESTATUTO SOCIAL DO MAGAZINE LUIZA S.A. REFLETINDO AS ALTERAÇÕES QUE SERÃO SUBMETIDAS À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE ABRIL DE 2014

MAGAZINE LUIZA S.A.
CNPJ/MF nº. 47.960.950/0001-21

NIRE 35.300.104.811

ESTATUTO SOCIAL

CAPITULO I - DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º - O Magazine Luiza S.A. (“Companhia”) reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Parágrafo Único - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”) da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social: a) comércio varejista e atacadista em geral, comércio de produtos manufaturados, semimanufaturados, alimentícios, matérias primas e materiais secundários; b) a prestação de serviços de assistência técnica, mercadológica e administrativa e outros relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia; c) importação e exportação de produtos manufaturados, semimanufaturados, alimentícios, matérias primas, materiais secundários e outros produtos ou bens ligados ou não a sua atividade econômica; d) serviços de aluguel de tempo de acesso a banco de dados, serviços de televidas; e) comunicação por meio de terminais de computador, transmissão de



magazineluiza
vem ser feliz



mensagens e de imagens recebidas por computador; f) o acondicionamento e a embalagem de produtos; g) publicidade de produtos próprios ou de terceiros e comércio de materiais de promoção e propaganda; h) a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares; i) prestação de serviços de estúdios fotográficos, cinematográficos e similares; j) operação de sistemas de franquia, próprios ou de terceiros; k) participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que tenham ou não atividades semelhantes às da Companhia; l) intermediação de negócios em geral, no Brasil e no exterior, incluindo a intermediação de: (i) concessão de financiamento ao consumidor; (ii) contratação de empréstimo pessoal; (iii) contratação de produtos de seguro e garantia estendida; (iv) contratação de pacotes de viagem e/ou pacotes de turismo e organizadora de eventos; e (v) cotas de consórcio; m) prestação de serviços de correspondente bancário para recebimento de títulos de compensação; n) prestação de serviços de habilitação de aparelhos celulares; o) agência de viagens e organizadora de eventos; e p) comércio e distribuição de produtos próprios ou de terceiros, no atacado ou varejo.

Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, 1465, e poderá abrir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em quaisquer pontos do território nacional ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva, em reunião convocada para esse fim, poderá deliberar acerca da abertura, encerramento ou modificação de endereços de filiais, sem autorização prévia do Conselho de Administração, desde que (i) as deliberações não se relacionem com aquisições de novas redes realizadas pela Companhia; (ii) quando se tratar de aquisições de estabelecimentos, o número total não exceda a 5 (cinco); (iii) o número total de filiais a serem abertas, previsto no orçamento, não seja excedido; (iv) o Conselho de Administração seja informado acerca das aberturas e encerramentos.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

CAPITULO II - DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 626.911.472,00 (seiscentos e vinte e seis milhões, novecentos e onze mil, quatrocentos e setenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 186.494.467 (cento e oitenta e seis milhões, quatrocentas e noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6º - As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada uma delas terá direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais.

Artigo 7º - O capital social poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei nº 6.404/76, mediante a emissão de até 50.000.000 (cinquenta milhões) de novas ações ordinárias.

Parágrafo 1º - Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Nas emissões de ações ou bônus de subscrição destinadas à subscrição pública ou particular, a Companhia, mediante aviso publicado na imprensa, comunicará aos acionistas a deliberação do Conselho de Administração em aumentar o capital social, informando todas as características e condições da emissão e o prazo para o exercício do direito de preferência, o qual poderá ser excluído, nos aumentos por subscrição pública, mas não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, nos aumentos por subscrição particular.

Parágrafo 2º - Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da Lei.

Parágrafo 3º - O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do 1º dia do não



magazineluiza
vem ser feliz



cumprimento da obrigação, mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado.

Parágrafo 4º - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, determinar a sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 8º - Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, com base em planos aprovados pela Assembleia Geral.

Artigo 9º - A Companhia poderá emitir debêntures, conversíveis ou não em ações, que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que no caso de emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, o Conselho de Administração está obrigado a observar o limite do capital autorizado previsto no Artigo 7º deste Estatuto.

Artigo 10 - É vedado à Companhia emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 11 - Todo aquele que adquirir ações de emissão da Companhia, ainda que já seja acionista ou Grupo de Acionistas, é obrigado a divulgar, mediante comunicação (i) à Companhia, e esta às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão; e (ii) à CVM, a aquisição de ações que, somadas às já possuídas, representem percentual igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital da Companhia. Após atingido tal percentual, a obrigação de divulgação à Companhia deverá ser cumprida a cada vez que o acionista ou Grupo de Acionistas elevar sua participação, quer por meio de uma, quer por meio de várias operações, em 2,5% (dois e meio por cento) do capital da Companhia ou múltiplos inteiros de tal percentual. Igual dever terão os titulares de debêntures ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e bônus de subscrição que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nos percentuais previstos neste artigo. Sem prejuízo das



magazineluiza
vem ser feliz



demais cominações previstas em lei e na regulamentação da CVM, o acionista que descumprir esta obrigação terá suspensos seus direitos, na forma do artigo 120 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 17 (q), deste Estatuto, cessando a suspensão tão logo cumprida a obrigação.

CAPITULO III - DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

Artigo 12 - São órgãos da Companhia: I - a Assembleia Geral; II - o Conselho de Administração; III - a Diretoria Executiva; IV - o Conselho Fiscal.

SEÇÃO I - Da Assembleia Geral

Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de: a) tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social; b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, quando este estiver instalado; c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; d) eleger os membros do Conselho de Administração; e) em caso de instalação, eleger os membros do Conselho Fiscal; e f) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, quando instalado.

Artigo 14 - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, quando este estiver instalado, ou por acionistas, na forma da lei.

Artigo 15 - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo seu substituto, que escolherá o Secretário.

Artigo 16 - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada,



magazineluiza
vem ser feliz



desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

Artigo 17 - Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei: a) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, desde que, em qualquer caso, a remuneração não seja diversa da contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e) reformar o Estatuto Social; f) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado; g) deliberar sobre qualquer reestruturação financeira envolvendo direta ou indiretamente a Companhia; h) deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como transferência de parte substancial dos ativos da Companhia que gere a descontinuidade de suas atividades; i) deliberar sobre resgate, amortização, desdobramento ou grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; j) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência; k) deliberar sobre a dissolução da Companhia, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação; l) distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório; m) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados; n) deliberar o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a saída do Novo Mercado; o) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta, aquisição de participação relevante ou saída do Novo Mercado, conforme o previsto no Capítulo V deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; p) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e q) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto em lei e neste Estatuto, inclusive no caso do artigo 11 deste Estatuto, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão.



magazineluiza
vem ser feliz



SEÇÃO II - Do Conselho de Administração

Artigo 18 - O Conselho de Administração será constituído por um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei nº 6.404/76. A condição de Conselheiro Independente deverá constar obrigatoriamente na ata da Assembleia Geral de Acionistas que eleger referidos membros. Quando, em decorrência da observância do percentual referido neste Parágrafo 1º, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á aos arredondamentos nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração que substituirão o conselheiro titular (ou conselheiros titulares) a que estiver(em) vinculado(s), em sua(s) ausência(s) ou impedimento(s).

Parágrafo 4º - É vedado, na forma do art. 115, § 1º da Lei nº 6.404/76, o exercício do direito de voto, na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

[Parágrafo 5º - Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.](#)



magazineluiza
vem ser feliz



Artigo 19 - O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 1 (um) ano, admitida a reeleição.

Parágrafo Único - Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

Artigo 20 - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A posse dos membros do Conselho de Administração ficará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os Conselheiros deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Artigo 21 - Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, sem que o respectivo suplente assuma o cargo vago, o preenchimento se dará na forma da lei.

Parágrafo 1º - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro pelo Presidente indicado e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 2º - No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.



magazineluiza
vem ser feliz



Artigo 22 - Compete ao Conselho de Administração: a) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria; b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; d) atribuir aos Diretores as respectivas funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores; e) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da lei nº 6.404/76; f) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e os papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; g) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; h) escolher e destituir os auditores independentes; i) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários; j) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; k) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução; l) aprovar a criação e supressão de subsidiária e a participação da Companhia no capital de outras sociedades; m) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia, bem como em fundações que patrocine; n) manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; o) autorizar a emissão de ações da Companhia, observado o seu capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir ou reduzir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em Oferta Pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; p) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; q) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, observado o limite do capital autorizado previsto no Artigo 7º deste Estatuto; r) aprovar a celebração de contratos com partes relacionadas dos acionistas controladores; s) outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de programa previamente aprovado em Assembleia Geral; t) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações ordinárias da Companhia, sendo que no caso de emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia o Conselho de Administração está obrigado a observar o limite do capital autorizado previsto no Artigo 7º deste Estatuto; u) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros; v) estabelecer alçada da Diretoria para alienação ou oneração de bens do ativo permanente, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; w) estabelecer alçada da Diretoria para aquisição de bens do ativo permanente e outros compromissos financeiros associados a projetos nos quais a



magazineluiza
vem ser feliz



Companhia pretende investir, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; x) estabelecer alçada da Diretoria para contratar quaisquer captações de recursos e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam debêntures, notas promissórias e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; y) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; z) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos especificados neste Estatuto; (aa) dispor, observadas as normas deste Estatuto e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e (bb) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Parágrafo 1º - Compete ainda ao Conselho de Administração instituir e extinguir Comitês, nomear seus membros e estabelecer seus respectivos regimentos e competências.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração ocorrerão ao menos a cada 2 (dois) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 15 (quinze) dias de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.



magazineluiza
vem ser feliz



Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. A participação dos conselheiros por quaisquer desses meios será considerada presença pessoal na referida reunião. Neste caso, os conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão expressar seu voto por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 5º - A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

SEÇÃO III - Da Diretoria Executiva

Artigo 23 - A Diretoria compor-se-á de até 6 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Superintendente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Administração e Controle, um Diretor Comercial e um Diretor de Operações.

Parágrafo Único – Compete: a) ao Diretor Presidente, (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte, ou indicar um Diretor ou procurador para fazê-lo e (ii) prestar contas junto aos acionistas, atuando nos assuntos institucionais da Companhia, dirigir o desenvolvimento de inovações e novos negócios sociais, analisar e aprovar recomendações do Diretor Superintendente sobre o planejamento estratégico da Companhia; b) ao Diretor Superintendente, dirigir os negócios e a administração geral da Companhia e exercer as demais atribuições que lhe foram conferidas por este Estatuto, pelo Conselho de Administração e, ainda, privativamente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) conceder licença aos membros da Diretoria e indicar-lhes substitutos; (iii) dirigir a administração e gestão dos negócios sociais, superintendendo e orientando os trabalhos dos demais Diretores; (iv) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação de cada Diretor; (v) tomar decisões de caráter de urgência de competência da Diretoria, "ad referendum" desta; (vi) submeter ao Diretor Presidente recomendações sobre planejamento estratégico da Companhia; (vii) convocar o Diretor Presidente para as reuniões semanais, bem como para outras reuniões deliberativas, conforme entender ser necessário; c) ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, (i) dirigir e liderar a administração e gestão das



magazineluiza
vem ser feliz



atividades financeiras da Companhia e suas controladas, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle financeiro da Companhia, (ii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior, e (iv) manter atualizado os registros da Companhia perante a CVM; d) ao Diretor de Administração e Controle, acompanhar as metas orçamentárias da Companhia; exercer o controle dos bens patrimoniais e promover a gestão contábil-fiscal da Companhia e de suas controladas; e) ao Diretor Comercial, elaborar o planejamento comercial da Companhia, supervisionar as atividades de compra de produtos, adotar uma política de preços competitivos, estabelecer sortimento de produtos em consonância com as exigências do mercado; e f) ao Diretor de Operações, coordenar as operações de lojas e do comércio eletrônico, supervisionar as atividades promocionais, estabelecer políticas de vendas e de marketing, zelar pela satisfação e fidelização dos clientes da Companhia e coordenar as atividades de infraestrutura da Companhia, especificamente nas áreas de Logística e Tecnologia da Informação.

Artigo 24 - O mandato dos membros da Diretoria será de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo Único - Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

Artigo 25 - Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões da Diretoria.

Parágrafo Único - A posse dos Diretores ficará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os Diretores deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.



magazineluiza
vem ser feliz



Artigo 26 - Na hipótese de vagar um dos cargos de Diretor, caberá ao Diretor Superintendente indicar, dentre os demais Diretores, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até a posse do substituto pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Em caso de vaga no cargo de Diretor Superintendente, competirá ao Diretor Presidente exercer as suas funções até a posse do substituto.

Parágrafo 2º - O Diretor Superintendente, nos seus impedimentos temporários, será substituído pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 3º - Em caso de ausência ou impedimento temporário, os demais Diretores serão substituídos por outro Diretor da Companhia, indicado pelo Diretor Superintendente.

Artigo 27 - Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia; b) submeter ao Conselho de Administração as Políticas e Estratégias da Companhia; c) submeter ao Conselho de Administração proposta de aumento de capital e de reforma do Estatuto Social; e d) recomendar ao Conselho de Administração a aquisição, alienação ou oneração de bens, móveis ou imóveis, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias em operações de interesse da Companhia.

Artigo 28 - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor-Superintendente, com a presença da maioria de seus membros.

Artigo 29 - Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados (i) por 2 (dois) Diretores; (ii) por um único Diretor, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração; (iii) por um Diretor em conjunto com um procurador ou (iv) por dois procuradores.



magazineluiza
vem ser feliz



Parágrafo 1º - As procurações outorgadas pela Companhia deverão (i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores, sendo um o Diretor Superintendente, salvo quando se tratar de outorga de poderes para a prática dos atos previstos nos itens i, ii e iv do parágrafo seguinte, casos em que poderão ser assinadas por um único Diretor; (ii) especificar expressamente os poderes conferidos; e (iii) conter prazo de validade limitado a no máximo 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes para representação da Companhia em processos administrativos e judiciais, que poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 2º - Ressalvado o disposto neste Estatuto, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou procurador (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iii) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia e (iv) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em juízo e (v) para fins de captação de recursos financeiros contratados sob os sistemas de COMPROR, VENDOR, CDC, CDCI e outras de natureza semelhante que surgirem no mercado, para financiamento exclusivo a fornecedores e consumidores, respectivamente, e, ainda, operações de recebíveis garantidas por cartões de crédito.

Artigo 30 - Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 31 - O Diretor Superintendente poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam e a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo Diretor Superintendente.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

SEÇÃO IV - Do Conselho Fiscal

Artigo 32 – O Conselho Fiscal terá caráter permanente e seus membros serão eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal, obedecidas as disposições legais, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo 3º - A posse dos membros do Conselho Fiscal será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Parágrafo 4º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo 5º - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas em lei e o seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

CAPITULO IV - DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 33 - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, que serão, após manifestação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

Parágrafo Único - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:
a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 34 deste Estatuto; c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

Artigo 34 - A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 35 - Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; o valor do dividendo antecipado será compensado, com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente.

Artigo 36 - A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de



magazineluiza
vem ser feliz



lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do § 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 37 - Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 38 - Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

CAPITULO V - DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 39 - A Alienação do Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo 1º - A oferta pública referida neste artigo também será exigida:

(a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição ou opção de aquisição de ações ou de outros títulos ou direitos relativos a títulos ou valores mobiliários conversíveis em



magazineluiza
vem ser feliz



ações, ou que deem direito à sua subscrição ou aquisição, conforme o caso, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou

(b) em caso de alienação do controle de sociedade(s) que detenha(m) o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação, anexando documentação comprobatória.

Parágrafo 2º - Para fins deste Estatuto, os termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

(a) “Acionista Controlador” tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento do Novo Mercado;

(b) “Acionista Controlador Alienante” tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento do Novo Mercado;

(c) “Ações em Circulação” tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento do Novo Mercado;

(d) “Adquirente” tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento do Novo Mercado;

(e) “Controle” (bem como seus termos correlatos, “Poder de Controle”, “Controlador”, “sob Controle comum” ou “Controlada”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação societária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da



magazineluiza
vem ser feliz



Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante;

(f) “Derivativos” significa quaisquer derivativos liquidáveis em ações de emissão da Companhia e/ou mediante pagamento em moeda corrente, negociados em bolsa, mercado organizado ou privadamente, que sejam referenciados em ações ou qualquer outro valor mobiliário de emissão da Companhia;

(g) “Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (iii) que estejam sob Controle comum;

(h) “Outros Direitos de Natureza Societária” significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia; e

(i) “Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Artigo 40 - Aquele que adquirir o Controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (a) efetivar a oferta pública referida no artigo anterior; (b) pagar nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos



magazineluiza
vem ser feliz



de seus regulamentos; e (c) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Artigo 41 - Qualquer acionista, que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar uma oferta pública de aquisição (“OPA”) da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste artigo.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia deverá ser o maior valor entre: (i) 125% do preço justo, entendido como o valor de avaliação da Companhia, apurado com base nos critérios de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, fluxo de caixa descontado, comparação por múltiplos ou cotação das ações no mercado de valores mobiliários; (ii) 125% do preço de emissão das ações no último aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido antes da realização da OPA; e (iii) 125% da cotação média ponderada das ações de emissão da Companhia durante os 90 (noventa) dias anteriores ao anúncio acerca da realização da OPA.

Parágrafo 3º - Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia, excetuadas neste cômputo as ações de titularidade do acionista referido no caput deste artigo, poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do preço da OPA, cujo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido no Artigo 46 deste Estatuto Social, de acordo



magazineluiza
vem ser feliz



com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM e nos termos deste capítulo.

Parágrafo 4º - Na Assembleia Especial referida no parágrafo 3º acima poderão votar todos os titulares de ações da Companhia, com exceção do acionista referido no caput deste artigo.

Parágrafo 5º - Caso a Assembleia Especial referida no parágrafo 3º acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da OPA, poderá o acionista referido no caput deste artigo dela desistir, obrigando-se, neste caso, a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data da mesma Assembleia Especial.

Parágrafo 6º - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 7º - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

(i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e em segunda convocação com qualquer número de acionistas;

(ii) a dispensa de realização da OPA será considerada aprovada com o voto da maioria dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e

(iii) não serão computadas as ações detidas pelo acionista referido no caput deste artigo para fins do *quorum* de deliberação, conforme item “ii” acima.



magazineluiza
vem ser feliz



Parágrafo 8º - Na hipótese do acionista referido no caput deste artigo não cumprir com as obrigações impostas por este artigo ou pela regulamentação aplicável, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos para a realização da OPA, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista em questão não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos seus respectivos direitos, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 9º - Qualquer acionista que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) Derivativos que dêem direito a ações da Companhia representando 20% (vinte por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar uma OPA, nos termos descritos neste artigo 41.

Parágrafo 10 - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e dos artigos 39 e 40 deste Estatuto não excluem o cumprimento pelo acionista referido no caput deste artigo das obrigações constantes deste artigo.

Parágrafo 11 - O disposto neste artigo 41 não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; ou (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.



magazineluiza
vem ser feliz



Parágrafo 12 - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Artigo 42 - Adicionalmente ao disposto no artigo 11 deste Estatuto, a partir da data em que a Companhia deixar de ter Acionista Controlador, qualquer acionista que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que deseje realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na BM&FBOVESPA, vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão.

Artigo 43 - A Companhia não registrará: (a) em seus livros, qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Controle enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado; e (b) nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 44 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 46 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 45 - A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser (i) previamente aprovada em Assembleia Geral, exceto nos casos de saída do Novo Mercado por cancelamento do registro de companhia aberta; e (ii) comunicada à BM&FBOVESPA por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado, para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo



magazineluiza
vem ser feliz



Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 46 deste Estatuto, respeitadas as normas legais regulamentares aplicáveis.

Artigo 46 - O laudo de avaliação mencionado nos artigos 41, 44 e 45 deste Estatuto deverá ser elaborado por instituição financeira de notória especialização, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou dos Acionistas Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do artigo 8º, §1º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e no caso dos artigos 44 e 45 deste Estatuto Social, especificamente, conter a responsabilidade prevista no §6º do mesmo artigo 8º da Lei nº 6.404/76. A escolha da instituição financeira responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco e/ou do Acionista Adquirente, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Os custos de elaboração do laudo deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Artigo 47 – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 46 acima.



magazineluiza
vem ser feliz



Parágrafo 1º - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 48 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes no Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 46 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste artigo.

Parágrafo 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo 3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.



magazineluiza
vem ser feliz



Parágrafo 4º - Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 49 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 50 - Os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de ações prevista neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. Os acionistas em questão não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de ações até que seja concluída com observância das regras aplicáveis, bem como das responsabilidades delas decorrentes.

Parágrafo Único - Não obstante o previsto nos Artigos 49 e 50 deste Estatuto, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

CAPITULO VI - DA ARBITRAGEM

Artigo 51 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas



magazineluiza
vem ser feliz



constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Árbitro de Apoio, na forma do item 5.1 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPITULO VII - DA DISSOLUÇÃO

Artigo 52 - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo ao Conselho de Administração determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 53- A Companhia observará os acordos de acionistas, arquivados na sua sede, que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto, ou do poder de controle, nas Assembleias Gerais e nas Reuniões do Conselho de Administração, cumprindo-lhe fazer com que (i) a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista; e (ii) o Presidente da Reunião do Conselho de Administração ou a mesa diretora da Assembleia Geral, conforme o caso, recuse a validade de voto proferido contra suas disposições.

Artigo 54 - O disposto no artigo 41 deste Estatuto Social não se aplica aos acionistas (e seus sucessores, herdeiros e legatários), ou Grupo de Acionistas (e seus sucessores, herdeiros e legatários, considerados individualmente ou em conjunto) que, na data da publicação do anúncio de início de distribuição pública inicial de ações de emissão da Companhia (“Anúncio de Início”), já eram titulares, direta ou indiretamente (inclusive por meio de sociedades integrantes do grupo de controle da Companhia), de quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, bem como não se aplica a qualquer terceiro que adquira, numa transação ou negociação privada (fora de pregão da



magazineluiza
vem ser feliz

MGLU3
NOVO
MERCADO
BM&FBVESPA

BM&FBovespa), ações de emissão da Companhia de titularidade dos acionistas a que se refere este Artigo 54.

Artigo 55 – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei n° 6.404/76, observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

* * * *